

Gaeco recorrerá de ato que anulou investigação no TC

Promotoria diz que gravações que deram início a operação e que levaram à prisão de coordenador do tribunal, foram legais

Amanda Audi e Chico Marés

O Gaeco — braço do Ministério Público Estadual — afirmou que irá recorrer da decisão do Tribunal de Justiça (TJ) que invalidou as interceptações telefônicas da operação que, em junho, apurou fraude em licitação de R\$ 36,4 milhões do Tribunal de Contas (TC). O apelo será diretamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O ex-coordenador-geral do TC Luiz Bernardo Dias Costa foi preso em flagrante recebendo R\$ 200 mil em propina da empresa que venceu a licitação.

“Qualquer discussão, neste sentido, será realizada no âmbito processual adequado, por meios dos recursos processuais pertinentes, tendo em vista ainda não existir decisão definitiva a respeito”, diz nota divulgada pelo Gaeco, que ainda não foi

notificado formalmente da decisão.

A 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça entendeu que as escutas, que basearam boa parte das investigações, seriam ilegais por terem partido de uma denúncia anônima e por terem sido emitidas sem a devida justificativa. Segundo um dos advogados de defesa, que pediu para não ser identificado, a interceptação foi autorizada pela Justiça apenas oito dias depois do recebimento da denúncia anônima. No entendimento da defesa, o Gaeco não apresentou provas que justificassem o pedido, o que seria “imprescindível” para a liberação de um procedimento tão grave.

Coordenador do Gaeco, Leonir Batisti nega a informação. Ele disse que houve um “trabalho confirmatório” em relação às denúncias anônimas e que toda essa investigação foi devidamente informada à Justiça. “Não é habitual que um juiz autorize uma interceptação telefônica se não houver uma fundamentação prévia”, disse.

Com as escutas invalidadas pelo TJ, até mesmo a investigação sobre o suposto envolvimento do presidente do TC, Artagão de Mattos Leão, fica prejudicada. Os envolvidos no caso ficaram presos por alguns dias, mas fo-

ram liberados ainda em junho. Luiz Bernardo Dias Costa pagou fiança de R\$ 18 mil e concordou em se afastar das funções no tribunal. Ele também responde a um processo administrativo interno do TC para decidir se será exonerado. Ainda não houve decisão a respeito do assunto.

As outras empresas que participavam da licitação foram desclassificadas pelo TC por motivos diversos e com isso a concorrência ficou restrita apenas à Sial — que mantém e mantém vários outros contratos de obras com o poder público do Paraná e de outros estados. Depois da polêmica do pagamento da propina, a licitação foi suspensa pelo TC.

Outro lado

Por meio de sua assessoria de imprensa, o TC informou que ainda não teve acesso ao acórdão da decisão que anulou a investigação do Gaeco. Segundo o TC, a licitação está suspensa e existem dois processos em trâmite no tribunal sobre o assunto: uma ação cancelando a licitação e um processo administrativo contra o ex-coordenador-geral Luiz Bernardo Dias Costa. Até que o tribunal tenha acesso à decisão, os processos seguem parados.

CONTINUA

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Não é habitual que um juiz autorize uma interceptação telefônica se não houver uma fundamentação prévia.”

Leonir Batisti, coordenador do Gaeco.

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CURSO

- Direito notarial e de registro
- **DATA:** 29 e 30 de agosto.
- **DESCRIÇÃO:** organizado pela Escola Nacional de Notários e Registradores - Ennor, em parceria com o TJ-PR e com o Sindicato dos Escrivães Notários e Registradores do Paraná - Sienoreg-PR, as aulas serão realizadas por renomados professores, todos mestres ou especialistas que irão tratar sobre temas relativos a Notas, Protesto e Registros Públicos. Aguarda-se a presença de desembargadores, juízes, notários, registradores, advogados, substitutos, estudantes de Direito e demais profissionais atuantes na área.
- **PALESTRANTES:** Mário Camargo, Graciano Pinheiro de Siqueira, Luiz Guilherme Loureiro e Eduardo Augusto.
- **LOCAL:** auditório do Tribunal de Justiça do Paraná – Nossa Senhora da Salette – Centro Cívico.
- **INSCRIÇÕES (gratuitas) podem ser feitas pelo www.anoreg.org.br/cursos – mais informações: (41) 3077-1010 / (61) 3323-1555.**

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Presídios cheios ganham mais detentos

Medida é entendida pelo governo como forma de amenizar a situação de detentos que estão em celas superlotadas de delegacias

Rodrigo Batista

Apesar de faltarem vagas no sistema penitenciário do Paraná, o governo deve continuar transferindo presos de delegacias (onde deveriam ficar apenas temporariamente) para presídios estaduais. Somente nos 12 presídios de Curitiba e região metropolitana, o déficit é de 639 vagas. Por outro lado, o governo entende que a realocação é uma forma melhor de abrigar os detentos que estão em carceragens lotadas e em condições precárias.

Em todo o estado, existem 8.964 pessoas detidas em carceragens de delegacias. Dados da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) mostram que a superlotação nos distritos policiais chega a ser o dobro da capacidade das celas (que é de 4.273). Nas penitenciárias a população carcerária é de 19.848, mas há excesso de 1.473 detentos, se somadas todas as penitenciárias em que há falta de vagas.

Na região de Londrina, Norte do Paraná, está concentrado o maior problema

"A capacidade das celas nas penitenciárias é de seis presos. Estamos colocando um preso a mais nas celas. Não é o ideal, mas é melhor do que estar nas delegacias."

Maria Tereza Uille Gomes, secretária de Justiça do Paraná.

de falta de vagas. Em todas as penitenciárias dessa região há déficit de presos. Ao todo, nessas unidades, que são quatro, faltam 355 vagas.

Mas, de acordo com a secretária de Justiça Maria Tereza Uille Gomes, apesar do déficit e do problema urgente a ser resolvido da população carcerária em delegacias, abrigar os presos em penitenciárias proporciona aos detentos uma "condição melhor" do que nos distritos. "A capacidade das celas nas penitenciárias é de seis presos. Estamos colocando um preso a mais nas celas. Cada um recebe um colchão. Não é o ideal, mas é melhor do que estar nas delegacias."

A medida ocorre em caráter emergencial, segundo a secretária, para que se possa resolver a demanda dos distritos enquanto não são abertas mais vagas no sistema penitenciário. O governo acredita que em um ano, com a ampliação de vagas, o problema da superlotação carcerária tanto em delegacias quanto em penitenciárias seja resolvido.

Na última quarta-feira, o governo anunciou, pela terceira vez, o fechamento das carceragens de delegacias no Paraná. Segundo a secretária de Justiça, a solução para que os presos não voltem para as delegacias é a destruição das carceragens, a exemplo do que ocorreu com a DFR. Cada uma das nove regiões do estado administradas pela Seju terá uma casa de custódia, que servirá como centro de triagem para presos que ainda devem ser integrados ao sistema. Isso, segundo Maria Tereza, deve garantir que os detentos não fiquem nas celas de distritos. "O período de permanência do preso será apenas para passagem provisória na delegacia. A lei não estabelece esse tempo, mas entendemos que o máximo seja dez dias para que o inquérito seja finalizado e o mandado de prisão expedido."

CONTINUA

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Novas vagas devem ser entregues em 2015

O governo deve concluir em 2015 a construção e ampliação de 20 presídios no Paraná, o que totalizará 6.670 vagas a mais. As obras estão em fase inicial. No Complexo Penitenciário de Piraquara são duas novas penitenciárias – a Cadeia Pública para Jovens e Adultos, com 382 vagas para regime fechado, e o Centro de Integração Social, com 216 vagas para regime semiaberto. Há ainda obras de ampliação da Casa de Custódia de Piraquara, da Penitenciária Feminina do Paraná e Penitenciárias Estaduais do Paraná 1 e 2. Das 20 obras, oito são de reforma e ampliação, seis para construção de novas unidades de regime fechado e outras seis de regime semiaberto. O custo total é de R\$ 161 milhões, sendo que R\$ 131 milhões são recursos do governo federal. O custo da obra, por vaga, para regime fechado é de R\$ 21.140, e de R\$ 15.900 para o semiaberto. O início das obras estava previsto para 2012, mas uma resolução federal impedia que os projetos fossem realizados. O documento impunha novas normas para a arquitetura e planejamento dos presídios, o que causou divergência entre o projeto no Paraná e a recomendação da União.

GAZETA DO POVO

ROSANA FÉLIX

23 AGO 2014

A Lei Eleitoral não é draconiana

Procura-se: ajuda para entender os argumentos do governo estadual para tirar conteúdo informativo do ar. Recompensa: transparência e acesso a informações básicas para a população.

Sim, não consigo entender, preciso de ajuda. O site da Agência Estadual de Notícias traz agora a seguinte informação: “Em razão da legislação eleitoral, as notícias desta página ficarão indisponíveis até que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) oficialize o término das Eleições 2014”.

No fim de julho, algumas secretarias, como a da Segurança e da Família e Desenvolvimento Social, já haviam suspenso a divulgação de notícias, alegando estarem cumprindo com a legislação eleitoral. A Gazeta do Povo noticiou o fato, assim como o retorno de parte do conteúdo, dias depois.

Agora, sumiu tudo. O que aconteceu? Estou perdida.

O que se sabe ao certo é que a Lei Eleitoral (nº 9.504/97) veda durante o período eleitoral “a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral”.

Com base na lei, opositores de todo o Brasil ingressam com representações contra adversários políticos que estão no poder, questionando o que dizem ser propaganda irregular. No Paraná, o candidato à reeleição, governador Beto Richa, e sua coligação, já foram condenados pelo Tribunal Regional Eleitoral por propaganda irregular.

Em uma das representações, cujo conteúdo está disponível na internet, o juiz auxiliar Lourival Pedro Chemim listou algumas notícias que considerou irregular: “Estado supera meta para construção e ampliação de unidades e Saúde”; “Cohapar amplia parcerias e promove a maior revolução habitacional da história”, dentre outras.

Segundo o despacho, o juiz considera que tais notícias podem “afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos concorrentes, no presente pleito eleitoral”.

Então, a solução é apagar todas as notícias? Claro que não. Diferentemente do que dá a entender o site da AEN, a Lei Eleitoral não é draconiana.

No mesmo despacho, o juiz diz que dentre as notícias questionadas há casos que considera como “meras veiculações, com caráter social, cultural ou a título informativo, de interesse geral da população paranaense”. Por exemplo: “Hospital dos Campos Gerais é referência para aplicação do palivizumabe”. Notícia importante para as mães saberem onde podem buscar a vacina para prevenção de infecção respiratória.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 AGO 2014

E aí está o ponto que não consigo entender: mesmo com essa decisão, o governo do estado retirou do ar a notícia sobre a aplicação do palvizumabe. Alguma instância superior considerou propaganda irregular informar sobre uma vacina para bebês? E, se considerou, não seria o caso da Procuradoria Geral do Estado defender a publicação de notícias que não têm nenhum cunho eleitoral, e defender o interesse dos cidadãos paranaenses em ter acesso às informações?

Em outra representação, Chemim volta a permitir a publicação de notícias que considera de interesse público, ressaltando: "A simples menção do nome do chefe do Poder Executivo não pode ser considerada como propaganda antecipada, vez que é ele a personificação da autoridade máxima do executivo estadual e está no seu regular exercício de mandato eletivo".

Não interessa aqui se a oposição está fazendo questionamentos infundados. O estado do Paraná precisa funcionar normalmente no período eleitoral e não pode ser prejudicado pelos interesses da reeleição. Curioso que outros estados governados pelo PSDB adotaram a mesma prática: os portais de São Paulo e Goiás também estão sem notícias. Por enquanto, o do Rio Grande do Sul e o da Bahia, onde há petistas no poder, estão veiculando informações normalmente.

A Presidência da República também tem alguns problemas nesse campo, mas isso será tema de outra coluna. E, independentemente de quem está certo ou não, uma alternativa seria nunca fazer propaganda da figura pessoal do governante e só publicar notícias de caráter "social, cultural" ou informativas, "de interesse geral da população paranaense".

Mas, o que entendo disso? Peço ajuda.

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Grupo retoma sede do PMDB em Curitiba

Katna Baran

O juiz Victor Bastschke, da 7ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Paraná, cassou ontem a liminar que dava aos antigos dirigentes do PMDB no estado a posse da sede do partido em Curitiba. A liminar foi concedida na última segunda-feira pelo juiz substituto José Eduardo Salmon, que considerou que, até então, não havia provas de que a comissão executiva tivesse sido de fato dissolvida. Segundo ele, agora está claro que isso ocorreu na sexta-feira passada.

O advogado do PMDB, Luiz Fernando Delazari, disse que ainda ontem um oficial de Justiça esteve na sede do partido para comunicar a antiga diretoria da decisão, mas o local estava fechado.

Ainda na segunda-feira, a Executiva Nacional do PMDB reconheceu as mudanças na diretoria regional do partido. Com a justificativa de que os membros destituídos estariam atrapalhando as eleições majoritárias, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures assumiu a presidência da legenda no lugar do deputado Osmar Serraglio.

A reportagem tentou contato com membros da antiga diretoria do partido para comentar a situação, mas eles não atenderam nem retornaram os telefonemas.

Entenda o caso

Há uma semana, o grupo ligado a Roberto Requião realizou uma reunião para tratar de alterações na Executiva do PMDB, o que teve o apoio de 42 dos 71 possíveis votantes. Como a antiga Executiva determinou o fechamento da sede do partido até domingo, por luto pela morte de Eduardo Campos, os membros fizeram a reunião na calçada. Depois, o grupo chamou um chaveiro para ocupar a sede. Na segunda-feira, porém, a diretoria destituída conseguiu na Justiça a reintegração de posse.

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Justiça barra 113 nomes no Paraná

Laura Beal Bordin,
especial para a Gazeta do Povo

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) finalizou ontem o julgamento de todos os pedidos de registro de candidatura do estado. O órgão julgou 1.205 processos, com 1.036 pedidos deferidos e 113 candidaturas barradas. De acordo com o tribunal, a principal causa para o indeferimento foi a falta da documentação exigida para se candidatar. Houve, ainda, 56 renúncias.

Entre as candidaturas indeferidas, a maioria corresponde a pleiteantes às vagas de deputado estadual: 78. Dos candidatos a deputado federal, 32 tiveram a candidatura indeferida. Houve também o indeferimento de um candidato a senador, um a suplente de senador e de um postulante à vaga de vice-governador.

Entre os que renunciaram à candidatura, 35 concorriam a uma vaga na Assembleia Legislativa e 17, à Câmara Federal. Também renunciaram dois candidatos a segundo-suplente de senador, um a primeiro-suplente e um a vice-governador.

Campanhas recebem verba do "colchão"

Rogério Waldrigues Galindo

A primeira parcial das prestações de contas deste ano mostra que os candidatos paranaenses que declararam ter dinheiro em casa fizeram doações para suas próprias campanhas no valor de R\$ 589 mil. Isso representa 10% de todo o dinheiro que os candidatos disseram ter em suas residências, de acordo com os números oficiais informados ao Tribunal Regional Eleitoral.

Reportagem da Gazeta do Povo publicada em julho revelou que os candidatos diziam ter R\$ 5,8 milhões em dinheiro vivo. Na época, o deputado Caíto Quintana (PMDB), que disse ter R\$ 500 mil em seu poder, informou que o dinheiro não existia e que isso era um stratagem para validar doações de terceiros.

Segundo a Justiça Eleitoral, Osmar Bertoldi (DEM) doou para sua campanha R\$ 70 mil dos R\$ 700 mil que disse ter. Ênio Verri (PT) doou R\$ 31 mil dos R\$ 100 mil que disse possuir. Valdir Rossoni (PSDB) fez a maior autodoação entre os que tinham dinheiro em casa: R\$ 300 mil. Ele disse ter R\$ 100 mil em mãos.

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Ex-diretor da Petrobras aceita fazer acordo de delação premiada

Preso em Curitiba, Paulo Roberto Costa é considerado uma bomba política. Contra ele pesa a suspeita de superfaturamento de contratos de refinaria

Após a Polícia Federal fazer operações de busca em empresas de sua filha, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa aceitou fechar ontem um acordo de delação premiada com procuradores que atuam na Operação Lava Jato para deixar a prisão. Ele é considerado uma bomba política pelos contatos que tinha quando era diretor da Petrobras.

Costa foi indicado em 2004 pelo PP, obteve depois o apoio do PT e tirou trânsito no PMDB. Ficou no cargo até 2012. Ao mesmo tempo, tinha contato com a cúpula das maiores empreiteiras do país. Ele teria dito na prisão que se contasse tudo o que sabe não haveria eleições neste ano.

Delação premiada é um recurso pelo qual um réu fornece informações para a Justiça em troca de uma pe-

na menor. Uma nova advogada, especializada em delação premiada, foi enviada pela família a Curitiba, onde Costa está preso, para discutir os termos da delação. Beatriz Catta Preta, a defensora escolhida, já cuidou da colaboração dos doleiros Raul Srouf e Richard de Mol van Otterloo. O advogado que defendia Costa, Nelio Machado, deixou o caso por discordar da estratégia. "Estão trocando uma defesa certa por uma aventura", disse Machado.

Acusação

O ex-diretor da Petrobras foi preso pela segunda vez no dia 11 de junho, após as autoridades da Suíça informarem à Justiça brasileira que ele tinha contas com US\$ 23 milhões naquele país. Costa havia sido preso inicialmente em 20 de março sob acusação de ocultar provas, mas foi liberado pelo Supremo Tribunal Federal.

Ele é réu em um processo sob acusação de ter superfaturado contratos da refinaria Abreu e Lima, que está sendo construída em Pernambuco. O valor a mais teria retornado a ele como propina. O doleiro Alberto Youssef, preso com Costa, é acusado da lavagem desse dinheiro.

A decisão sobre a delação ocorreu no mesmo dia em que a PF fez operações de

busca e apreensão em 13 empresas no Rio de Janeiro que pertencem a uma filha, um genro e um amigo de Costa (leia mais ao lado). A suspeita da PF e da Procuradoria é de que elas servissem para "justificar o repasse de propina" a Costa. Elas tinham contratos com fornecedoras da Petrobras que participaram da construção da refinaria Abreu e Lima e de outras obras no Rio.

O procurador da República Carlos Fernando Lima diz que todas tinham uma característica comum: "Nenhum empregado, nenhuma expertise e pagamentos de empreiteiras que prestaram serviço à Petrobras sem justificativa." Muitas não tinham funcionários registrados. Algumas receberam até R\$ 3 milhões de fornecedoras da Petrobras.

A maioria das empresas está em nome de sua filha, do genro, Humberto Sampaio de Mesquita, e de sua mulher. A conexão principal entre elas, porém, é o empresário Marcelo Barboza Daniel, amigo de Costa. Ele está nos EUA, mas prometeu colaborar.

CONTINUA

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Veja quais são as suspeitas envolvendo Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras:

Empresas

● Segundo o Ministério Público Federal do Paraná (MPF), empreiteiras e consórcios que recebiam verbas da Petrobras firmavam contratos com empresas de prestação de serviço (de recursos humanos, consultoria empresarial, comunicação, entre outras) ligadas a Costa e familiares dele.

Suspeita

● A suspeita do MPF é que os serviços nunca aconteceram, pois algumas das empresas não teriam nem funcionários qualificados. As empresas, então, teriam como função principal repassar as verbas recebidas a Costa e pessoas ligadas a ele.

Doleiro

● O esquema, segundo a investigação, é muito parecido ao encontrado em empresas ligadas ao doleiro Alberto Youssef, com quem Costa havia se associado para a compra da Ecoglobal, que obteve um contrato de R\$ 443,8

milhões com a Petrobras, de acordo com a apuração. Segundo a PF, Youssef e outros três doleiros teriam movimentado aproximadamente R\$ 10 bilhões de forma atípica.

Contrato

● Uma das empresas que pode estar envolvida no esquema é do gênero de Costa, Humberto Sampaio de Mesquita, mantida em sociedade com Marcelo Barboza Daniel. A corporação firmou contrato de R\$ 2,5 milhões com a Petrobras para prestar serviço de qualificação e capacitação.

Movimentação

● A quebra de sigilo bancário de Costa indicou que ele movimentou numa única conta R\$ 3 milhões em quatro meses de 2013. Pelo menos R\$ 1 milhão foi repassado por Daniel. Barboza também é citado como sócio de sete empresas com sede no mesmo endereço no Rio.

Réus

● Os dois genros e as filhas de Costa também são réus em um processo, acusados de destruir documentos que seriam coletados pela PF, em março.

CONTINUA

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Réu ligatetrezeiro do PT a grupo de doleiro

BRASÍLIA
Agência Estado

Num depoimento à Polícia Federal, um dos integrantes do esquema investigado na Operação Lava Jato afirmou que o secretário nacional de finanças do PT, João Vaccari Neto, era um dos contatos de fundos de pensão com a CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa que o doleiro Alberto Youssef usou para lavar R\$ 1,16 milhão do

mensalão, segundo a PF, informa *O Estado de S. Paulo*. “João Vaccari esteve várias vezes na sede da CSA, possivelmente a fim de tratar de operações com fundos de pensão com Cláudio Mente”, disse o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, apontado como laranja de Youssef e do ex-deputado José Janene (morto em 2010). Vaccari Neto informou que Cláudio Mente, da CSA, é seu amigo e que o visitou “eventualmente” na empresa. Ele disse nunca ter feito negócios com ele. Vaccari disse que não conhece o advogado e que, entre 2005 e 2006, época da operação com o Petros, não era tesoureiro do PT, mas sindicalista. Ele lamentou a acusação do depoente.

COLLOR

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) pelos depósitos que teria recebido do doleiro preso Alberto Youssef. A apuração contra Collor, determinada pelo ministro Teori Zavascki, ocorre quatro meses depois de ele ser absolvido no STF da última ação a que respondia em razão das acusações que o levaram ao impeachment, em 1992. O questionamento foi remetido ao STF porque Collor, como senador, tem direito a foro especial. No dia 26 de maio, na tribuna do Senado, Collor negou ter qualquer relação com o doleiro.

ALVO

Um dos principais alvos da Polícia Federal na sexta fase da Operação Lava Jato, deflagrada ontem, é um empresário que firmou contrato com a Petrobras e é sócio de um dos genros de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal. Alvo de mandado de condução coercitiva, Marcelo Barboza Daniel está fora do país. Ao procurá-lo ontem, a PF foi informada que ele está em viagem aos Estados Unidos. Os policiais conseguiram falar com ele e, mesmo fora do país, o empresário se colocou à disposição da Justiça. Comprometeu-se a prestar depoimento tão logo retorne ao Brasil.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO PF faz buscas em empresas de Costa

Katna Baran, com agências

23 AGO 2014

As empresas alvos de mandados de busca e apreensão da Polícia Federal (PF) ontem no Rio de Janeiro são suspeitas de receber dinheiro desviado de obras da Petrobras por meio de contratos com empreiteiras e consócios ligados à estatal. Segundo investigações, as verbas foram repassadas ao ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa e pessoas próximas a ele.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), as investigações da Operação Lava Jato chegaram aos nomes das corporações por meio de análises de transações financeiras descobertas a partir da quebra de sigilos de Costa e seus parentes. As transferências e os trabalhos contratados são similares aos de outras empresas ligadas ao doleiro londrinense Alberto Youssef, também suspeito de envolvimento no esquema.

Conforme a PF, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão em dez empresas e uma residência, todos no Rio. Oito empresas funcionavam no mesmo local. As corporações eram ligadas a Paulo Roberto, sua mulher, sua filha, seu genro e um sócio do genro. Este último, Marcelo Barboza Daniel, também era alvo de um mandado de condução coercitiva (levado a prestar depoimento), mas estava em viagem aos Estados Unidos.

Segundo a delegada Erika Marena, Daniel foi contatado e se colocou à disposição da Justiça. A data e o local do depoimento já estão definidos, mas não foram divulgados. O nome do empresário já havia sido citado em documentos da Operação Lava Jato, já que a empresa dele e do genro de Costa, Humberto Sampaio de Mesquita, firmou contrato de R\$ 2,5 milhões com a Petrobras para prestar serviço de qualificação e capacitação.

A quebra de sigilo bancário de Costa indicou que ele movimentou numa única conta R\$ 3 milhões em quatro meses de 2013 e parte desse dinheiro foi repassado por Daniel. "Foi verificado um pico de movimentação no mês de 02/2013, no valor de R\$ 1 milhão, proveniente de TED recebida de Marcelo Barboza Daniel", diz relatório da PF. No mesmo documento, Barboza é citado como sócio de sete empresas com sede no mesmo endereço no Rio. Os dois genros e as filhas de Costa também são réus em um processo, acusados de destruir documentos que seriam coletados pela PF, em março.

Fachada

A suspeita do MPF é que as empresas envolvidas no esquema são de fachada. O MPF preferiu não informar a quantia total recebida pelas empresas, pois ainda não se sabe se todos os recursos foram desviados e se os serviços foram prestados.

23 AGO 2014

GAZETA DO POVO

MPE quer que Forças Armadas garantam eleições no Rio

Com as crescentes denúncias de que traficantes e milicianos estão proibindo campanhas de candidatos em favelas do Rio de Janeiro, inclusive com cobrança de "pedágios", o Ministério Público Eleitoral (MPE) já considera insuficiente a ação da Polícia Militar para garantir a continuidade das eleições. Para o procurador regional eleitoral do Rio, Paulo Roberto Bérenger, se faz necessária a presença das Forças Armadas já. Um reforço nos próximos dias superaria 2008, quando militares do Exército e da Marinha começaram a ocupação de comunidades 28 dias antes do primeiro turno. Na eleição seguinte, em 2012, houve ocupação somente na semana que antecedeu ao pleito. O procurador, porém, ainda quer esperar pelo posicionamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Embora a procuradoria possa fazer a requisição, cabe ao TRE a decisão de solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o envio das tropas federais. Com autorização da Presidência, o TSE pode então solicitar o reforço ao Ministério da Defesa.

PF prende uma das maiores fraudadoras da Previdência

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem, em Guarulhos, na Grande São Paulo, uma ex-funcionária do INSS. Identificada apenas pelas iniciais R.H.M.; ela é, segundo a PF, "uma das mais procuradas fraudadoras da Previdência Social no Brasil". Condenada por fraudes no pagamento de benefícios previdenciários, a ex-funcionária do INSS tinha contra si expedidos 27 mandados de prisão. Após 3 meses de investigação, a Polícia Federal prendeu a mulher de 58 anos no momento em que chegou em uma clínica para tratamento odontológico. R. H. M. trabalhou como agente administrativa no posto do INSS em São Paulo, e foi demitida por "comprovado envolvimento em fraudes para concessão de aposentadorias e outros benefícios". Ela responde a 211 processos criminais na Justiça Federal.

Manifestantes protestam em Brasília contra o genocídio de negros

Um protesto contra o genocídio de negros no Brasil reuniu ontem, no centro de Brasília, cerca de 400 pessoas, conforme cálculo da Polícia Militar do Distrito Federal. A Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro está na segunda edição. Na capital federal, o evento reuniu representantes de movimentos sociais e grupos religiosos, artistas, pessoas que sentem o racismo na pele e simpatizantes da causa. Com cartazes e cruces brancas, o grupo percorreu as ruas que cortam a rodoviária de Brasília, um dos lugares mais movimentados da cidade.

COLUNA DO LEITOR

STF

Deveríamos reforçar a indicação do juiz Sergio Moro ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela sua competência, em primeiro lugar, e também pela sua coragem, mostrando que a sociedade paranaense e brasileira deseja que o substituto de Joaquim Barbosa seja competente e corajoso, à altura do substituído.

Jair Nisio, engenheiro agrônomo

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Intervenção federal nos estados: a falta de coerência do STJ

Egon Bockmann Moreira

No início deste mês de agosto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou improcedente pedido de intervenção federal no estado do Paraná. O Judiciário local havia concedido a imissão de posse em área ocupada por movimento social, mas o Executivo se negou a cumpri-la. Daí o pedido de intervenção, que significa a substituição, instantânea, da autoridade competente, a fim de que o interventor faça cumprir a decisão judicial. Para além da discussão quanto à matéria de fundo (se movimentos sociais podem legitimamente ocupar propriedades privadas, em contraste com o direito de propriedade e sua função social), que não será aqui tratada, a decisão do STJ revelou quão delicado — e menosprezado — é o tema da intervenção federal.

O sistema constitucional brasileiro regula a intervenção de forma minuciosa e complexa. A sua racionalidade está em ser um meio de se proteger a própria Constituição. Isto é, existem valores tão importantes para a integridade constitucional que se admite o rompimento institucional da autonomia dos estados. Caso descumpram a Constituição, cabe à União neles intervir. Por exemplo, se houver agressão, por parte dos poderes estaduais, à integridade nacional, à forma republicana, ao regime democrático e aos direitos humanos, pode-se instalar o excepcional regime interventivo.

A União intervirá, portanto, justamente para preservar a ordem constitucional. Daí o artigo 34 da Constituição estabelecer que a União é proibida de intervir nos estados, exceção feita a sete hipóteses, dentre as quais a de “prover a execução de (...) decisões judiciais”. Neste caso, a intervenção tem efeitos circunscritos ao ato violador da decisão, mas não se encerra no Judiciário. Os tribunais superiores apenas avaliam se ocorreu alguma das hipóteses interventivas. Caso julguem que sim, devem requisitar a intervenção à Presidência — que decidirá por praticar (ou não) o ato. Isto é, há dois momentos: um, jurídico; outro, com tons polí-

ticos. A Constituição dissocia claramente essas fases, reservando a política à Presidência da República.

Mas é de se sublinhar quantos temas importantes a intervenção traz consigo. Quando menos, a separação dos poderes (pode o Executivo decidir quais ordens judiciais cumpre?) e o princípio federativo (a União tem de fazer com que os estados respeitem a Constituição?). Mas, mesmo nesses assuntos, a história recente tem demonstrado que os pedidos não têm recebido tratamento consistente por parte dos tribunais superiores. Isso porque, em novembro de 2012, o mesmo STJ havia deferido a intervenção para cumprimento de ordem de reintegração em área ocupada por movimentos sociais. Depois de registrar que havia mais de dez pedidos dessa ordem, o STJ requisitou a intervenção à Presidência. Nos dias de hoje, contudo, julgou pelo seu indeferimento.

Logo, talvez o problema esteja na falta de critério para prescrição de remédio tão delicado. Afinal, se persistir tal incoerência, a mesma corte que hoje decide pelo indeferimento num caso de imissão de posse pode, amanhã, julgar que não cabe intervenção num de prisão indevida. O que permite a seguinte reflexão: deve o Judiciário criar exceções jurídicas para que o Executivo descumpra ordens do próprio Judiciário? Ou o assunto é político? Mais: essa solução pode ser variável, de acordo com os humores da corte? Ou, indo direto ao ponto: somente devem ser prestigiadas as ordens judiciais que nos agradem?

Egon Bockmann Moreira, advogado e doutor em Direito, é professor da Faculdade de Direito da UFPR.

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Investigação

Sem entrar no mérito do assunto, surpreendeu-me a anulação pelo Tribunal de Justiça do Paraná da investigação envolvendo suspeita de fraude em obra do Tribunal de Contas do Estado, por irregularidades nas gravações realizadas. Não é a primeira vez que isso acontece; basta lembrar o caso do famoso Daniel Dantas, cuja investigação também foi anulada pelo STJ por vício idêntico. Será, no caso do Paraná, que o Gaeco tem descuidado nas investigações e atropelado o direito ou se trata de ineficiência do órgão? Isso é preocupante, pois esse negócio de escuta pode atingir a todos nós, e a anulação de um processo que consumiu tanto tempo para não dar em nada representa desperdício de dinheiro público.

Antônio Dilson Pereira

Auxílio-moradia

A liminar emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que suspende o pagamento do benefício do auxílio-moradia aos magistrados do Rio Grande do Norte, e que possibilita a criação de uma jurisprudência para suspensão em outros estados, vislumbra certa luz no fim do túnel para recuperar a fidedignidade e confiabilidade do Poder Judiciário. As diversas ações de intervenção e fiscalização do CNJ comprovam à sociedade brasileira que ainda existe no Brasil a esperança de haver um Poder Judiciário que faça representar os princípios da igualdade, da ética e da justiça social.

Marcelo Rebinski, historiador

STF

Sérgio Moro é o paradigma da Justiça. Probo, competente, já deu mostras do que é capaz. Sem dúvida, orgulharia a magistratura nacional ocupando uma vaga no STF. O Brasil com certeza aplaudiria sua indicação. Esperamos que desta vez os critérios para escolha não sejam evitados de interesses políticos e dos vícios que comumente ocorrem nessas ocasiões.

Harry Carlos Herbert

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CURSO

Direito notarial e de registro

- **DATA:** 29 e 30 de agosto.
- **DESCRIÇÃO:** organizado pela Escola Nacional de Notários e Registradores – Ennor, em parceria com o TJ-PR e com o Sindicato dos Escrivães Notários e Registradores do Paraná – Sienoreg-PR, as aulas serão realizadas por renomados professores, todos mestres ou especialistas que irão tratar sobre temas relativos a Notas, Protesto e Registros Públicos. Aguarda-se a presença de desembargadores, juizes, notários, registradores, advogados, substitutos, estudantes de Direito e demais profissionais atuantes na área.
- **PALESTRANTES:** Mário Camargo, Graciano Pinheiro de Siqueira, Luiz Guilherme Loureiro e Eduardo Augusto.
- **LOCAL:** auditório do Tribunal de Justiça do Paraná – Nossa Senhora da Salette – Centro Cívico.
- **INSCRIÇÕES (gratuitas)** podem ser feitas pelo www.anoreg.org.br/cursos – mais informações: (41) 3077-1010 / (61) 3323-1555.

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO TARRAFA

Fraudes teriam lesado a Petrobras

MP vai investigar relação do advogado da estatal com o grupo acusado de lesar pescadores. Ele trocou 33 e-mails com integrantes do esquema

Felippe Anibal, Mauri König, Oswaldo Eustáquio e Marcela Campos

A central de fraudes montada no Fórum de Paranaguá para desviar indenizações pagas pela Petrobras a pescadores atingidos por acidentes ambientais também teria lesado a estatal. O Ministério Público vai investigar o advogado defensor da Petrobras por suposto envolvimento com os líderes do esquema, presos há 19 dias. Em depoimento à 1.ª Promotoria de Justiça de Paranaguá, parte dos réus declarou que o advogado da estatal teria recebido dinheiro das fraudes. A *Gazeta do Povo* teve acesso a uma série de e-mails trocados entre ele e um dos líderes do grupo.

No relatório final da Operação Tarrafa (que desbaratou o núcleo de corrupção e mantém três pessoas na prisão), o Ministério Público pede à Justiça que se extraia cópia dos autos “para apurar eventuais condutas delituosas remanescentes e a contribuição de outras pessoas nos crimes praticados”.

A 1.ª Promotoria de Paranaguá confirma que entre essas pessoas está o advogado Ananias César Teixeira, que defende a Petrobras em ações movidas por pescadores contra a empresa no Paraná.

Um dos réus que apontou a participação de Ananias no esquema é o serventário Arival Tramontin Ferreira Júnior. Segundo ele, havia um acordo prévio entre o núcleo das fraudes e o escritório que defendia a Petrobras para que os advogados dos pescadores ajuizassem ações em excesso. Isso gerava custas processuais e honorários advocatícios pagos pela Petrobras que posteriormente eram divididos pelo grupo.

Benefício duplo

Dessa forma, há indícios de que Ananias receberia duas vezes: sua parte nos honorários da Petrobras e uma percentual do que o grupo arrecadava com as ações contra a estatal. “O Hélio [Silvano Biaggi, ex-escrivão da 2.ª Vara Cível de Paranaguá] fazia depósito ao Ananias na conta dele no Banco Safra. Ele chegou a mostrar os comprovantes”, disse Arival Junior em entrevista à *Gazeta do Povo*, em maio, três meses antes de ter a prisão preventiva decretada pela Justiça a pedido do MP. Ele está foragido.

Os pagamentos das custas eram feitos pela Petrobras por meio de cheques nominais aos escrivães das varas cíveis. Segundo Arival Junior, os pagamentos ocorreram entre julho e dezembro de 2004 e entre agosto de 2005 e fevereiro de 2006.

Ele afirma que nessas ocasiões o advogado da Petrobras acompanhava o grupo até a agência do Banco do Brasil no bairro Água Verde, em Curitiba, onde os cheques eram sacados e o dinheiro seria repartido.

“O Ananias descia [a Paranaguá], distribuía as ações. Quando ele distribuía, ele já dava o cheque. Aí, eles [advogados, escrivães e Ananias] subiam no Banco do Brasil e lá dentro faziam a partilha”, detalhou. Em depoimento ao MP (ao qual a *Gazeta do Povo* teve acesso), a advogada Cristiane Uliana também disse que Ananias recebia dinheiro por participar do esquema e que o excesso de ações ajuizado para gerar custas era feito “com a anuência do advogado da Petrobras”.

Em resposta à reportagem, a estatal emitiu a seguinte nota: “A Petrobras informa que, antes da data de hoje [quinta-feira], não tinha conhecimento, nem suspeitava, de suposto envolvimento de escritório contratado em atos relacionados à denominada Operação Tarrafa. A Companhia reafirma o compromisso com a ética e a transparência que rege suas relações com seus públicos de interesse e ressalta que irá obter esclarecimentos formais acerca das denúncias, a fim de avaliar as medidas jurídicas a serem adotadas.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

24 AGO 2014

ENTENDA O CASO

Após um ano e dois meses de investigação, na qual ouviu 70 pessoas em cinco cidades do Litoral do Paraná, a **Gazeta do Povo** passou a publicar em abril deste ano uma série de reportagens revelando o desvio de indenizações que teriam de ser pagas aos pescadores atingidos por dois acidentes ambientais causados pela Petrobras. Veja os principais acontecimentos:

10 de abril - A **Gazeta do Povo** publica a primeira reportagem mostrando que a advogada Cristiane Uliana havia se apropriado indevidamente do valor da indenização de 18 pescadores. A pescadora Ozília do Rosário, por exemplo, passava fome ao mesmo tempo em que R\$ 37 mil eram sacados de sua conta judicial.

11 de abril - No dia seguinte à primeira reportagem, a seccional no Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil instaura processo disciplinar contra a advogada Cristiane Uliana.

12 de abril - Nova reportagem da **Gazeta do Povo** revela que entre as pessoas que representaram contra a Petrobras havia quatro mortos antes dos acidentes que geraram as ações de indenização. Um deles nunca havia sido pescador.

15 de abril - A Justiça de Paranaguá decreta a quebra de sigilo bancário e fiscal da advogada Cristiane Uliana por suspeita de apropriações indevidas de indenizações dos pescadores.

Maio - A 1ª Promotoria de Justiça de Paranaguá abre investigação motivada pelas reportagens da **Gazeta do Povo**.

25 de junho - A Polícia Civil prende os advogados Levi de Andrade e Jorge Mohr por tentarem cooptar clientes de outros advogados.

9 de julho - Pescadores que tiveram suas indenizações desviadas passam a receber os valores correspondentes.

5 de agosto - Oito pessoas são presas - entre elas o juiz Hélio Arabori e o dono de cartório Ciro Antônio Taques - acusadas de montar um núcleo de fraudes milionárias dentro da 1.ª Vara Cível de Paranaguá. Outras sete pessoas têm a prisão decretada e são consideradas foragidas da Justiça.

7 de agosto - A seção paranaense da OAB-PR investiga a conduta dos cinco advogados acusados de integrar um núcleo de fraudes milionárias, que teria lesado centenas de pescadores do Litoral do Paraná.

20 de agosto - Justiça recebe do Ministério Público denúncia contra 19 pessoas que estariam envolvidas no núcleo de fraudes montado na 1.ª Vara Cível de Paranaguá.

21 de agosto - Justiça determina o bloqueio de bens no montante de R\$ 16 milhões de oito acusados, entre eles o juiz Hélio Arabori e o escrivão judicial Ciro Antônio Taques.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO SUSPEITA

Promotoria pede que TJ investigue juíza por possível envolvimento

24 AGO 2014

A pedido do Ministério Público, a 1.ª Vara Criminal de Paranaguá determinou que cópia dos autos da Operação Tarrafa seja remetida ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), para que se apure a eventual participação da juíza Grabiela Scabello Millazo Taques no esquema denunciado de apropriação indébita das indenizações de pescadores.

Segundo a 1.ª Promotoria Criminal de Paranaguá, há indícios de envolvimento da magistrada, que desde 2007 é casada com o escrivão Ciro Antonio Taques, apontado como o mentor do núcleo de corrupção e que está preso há uma semana. "Registre-se que, inicialmente, se acreditava na simples conivência da referida magistrada às condutas de seu marido. No entanto, após a juntada e análise de diversos documentos (...) sobrevieram indícios do envolvimento da referida magistrada na prática de crimes", consta da cota do MP acatada pela Justiça.

Sem envolvimento

Até o fim da tarde de sexta-feira, o TJ-PR não havia sido comunicado oficialmente da decisão. A juíza, por sua vez, negou participação no grupo denunciado. "Essa situação começou quando o Ciro [Taques] era casado com outra pessoa. Eu nunca tive envolvimento com essa situação. Vou rebater veementemente essa circunstância e acionar a minha associação [Associação dos Magistrados do Paraná]", disse.

Questionada se sabia das práticas do marido (denunciadas pelo MP), Gabriela preferiu não comentar. "Não vou expor. Não tenho nada que comentar neste momento com a imprensa. Fato é que não tenho função nenhuma nessa operação, nessa suposta organização."

CONTINUA

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Estatal sabia do envio de mensagens, diz advogado

O advogado Ananias César Teixeira disse à Gazeta do Povo que os e-mails trocados entre ele e Arival Junior eram encaminhados à Petrobras, que teria ciência da relação de ambos. Ele alega que mantinha comunicação porque Arival Junior seria representante do escritório da advogada Cristiane Uliana, acusada de participar das fraudes.

“Esses e-mails que eram trocados com ele [Arival], todos eles eram repassados à Petrobras. Ou seja, eu não tenho poder de decisão nem nunca tive. Sou terceirizado”, disse. “Assuntos relevantes e decisórios, todos eles tinham que passar pela Petrobras. Eu não decido nada: se sai, se

“Assuntos relevantes e decisórios, todos eles tinham que passar pela Petrobras. Eu não decido nada.”

Ananias César Teixeira

não sai, se paga, se não paga. Não sou eu que decido.”

O advogado foi ouvido por telefone. Apesar de ter dado sua versão, ele disse que não poderia se manifestar por questões contratuais. A Gazeta do Povo decidiu publicar os argumentos dele pelo interesse público em questão.

Ananias considera normal a revisão das contas dos

juros feita a um dos denunciados no esquema de corrupção. “Se ele errou no cálculo, eu tenho que dizer: você errou no cálculo. Não errem este cálculo, porque isso nos daria até mais trabalho ainda. Eu não seria louco de passar, por e-mail, algo contra o meu cliente.”

O advogado classificou de “absurdo” a menção ao fato de ele partilhar dinheiro com o grupo denunciado. Mas disse que os “escrivães eram ávidos por dinheiro” e que descontavam os cheques referentes às custas processuais em espécie em um banco de Curitiba. “O que eles faziam lá dentro, se pegavam em dinheiro... mas o que eu tenho a ver com isso? Não é problema meu.”

A Gazeta do Povo perguntou à Petrobras se a empresa teve acesso ou ciência da troca de e-mails entre Ananias e Arival Junior. A empresa respondeu que soube dessa possibilidade por meio da reportagem.

CONTINUA

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Advogado trocava e-mails com líder do esquema

Além do depoimento de dois acusados de desviar indenizações de pescadores, documentos obtidos pelo Ministério Público reforçam os indícios de que o advogado Ananias Teixeira teria contribuído para lesar também a Petrobras, que o contratou para defendê-la nessas ações. Entre as evidências estão 33 e-mails trocados entre Ananias e Arival Junior, entre 29 de fevereiro e 10 de setembro de 2008.

Mais do que denotarem proximidade entre os dois, os e-mails mostram que o advogado da Petrobras chega a revisar cálculos feitos por Arival Junior numa ação movida contra a estatal, orientando-o sobre como fazer as contas. "Seguinte... suas execuções novas estão com excesso em razão da capitalização dos juros... Você mudou a fórmula dos calculos... (...) Gera uma diferença de R\$ 4.000 de excesso... Não me dê trabalho homem... rs" (sic), diz parte da mensagem.

Em uma mensagem anterior, Arival Junior fala com o advogado da Petrobras em tom de camaradagem. "Estive meio afastado. Problemas com a família. Mas a vida vai indo. Por favor, conte alguma notícia boa, para nós é claro. Alguma movimentação?" (sic). A Promotoria confirmou que a troca de e-mails entre Junior e Ananias será usada na investigação.

Para o advogado criminalista Carlo Frederico Müller, a comunicação direta entre Ananias e Arival Junior é irregular do ponto de vista ético e criminal. Se for "comprovado que o advogado está dando instrumentos à parte contrária, para que esta possa processar a empresa que ele defende, isso é falta disciplinar grave e crime de patrocínio infiel", disse.

Previsto no Código Penal, o crime de patrocínio infiel tem pena prevista de seis meses a três anos de detenção e multa. As eventuais faltas disciplinares costumam ser apuradas administrativamente pelo Conselho de Ética da OAB.

CONTINUA

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MENSAGEM PARA VOCÊ

Veja trechos de alguns dos 33 e-mail trocados entre o advogado da Petrobras e Arival Junior, que está foragido após ter a prisão decretada por encabeçar o núcleo de fraudes instalado no Fórum de Paranaguá.



Serviço Notarial e Registral do Distrito de Piriçiquitas

Bel. LEONIDAS MERCER CARNEIRO

OFICIAL

Rua General Cândido Rondon, nº 565 - Nova Rússia - Fone/Fax: (42) 3227-5660
CEP 84070-020 - PONTA GROSSA - PARANÁ

Livro 0219-N Folha 183

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que revendo os Livros existentes neste Cartório, no de nº 0219-N, às 183 encontrei lavrado o seguinte teor:
ESCRITURA PÚBLICA DE ATA NOTARIAL QUE FAZ
ARIVAL TRAMONTIN FERREIRA JUNIOR NA FORMA
ABAIXO:

Enviado no dia 09/07/2008 do e-mail "irtramontin@..." para o e-mail "anacias@..." "Caro Anacias:Tendo em vista o nosso estado de necessidade, pergunto-lhe: Sai o depósito amanhã? Grato Jr"

Enviado no dia 31/07/2008 do e-mail "irtramontin@..." para o e-mail "anacias@..."

processamento da execução em Araucaria, Grato, Anacias."

Enviado no dia 05/09/2008 do e-mail "irtramontin@..." para o e-mail "Anacias@..." "Caro Anacias: Me entrego por bem! Petição informando o excesso? Qual o melhor jeito para acertarmos? Me ajude. O cálculo foi feito utilizando um programa novo. Att, Jr"

Recebido no dia 04/09/2008 no e-mail "irtramontin@..." do e-mail "Anacias@..." "Td bem Jr? Seguente.. suas execuções novas estão com excesso em razão da capitalização dos juros... Você mudou a formula dos calculos... Vc esta calculando os juros de 16/2/2001 ate 10/01/2003 (novo cc) de 0,5% ao mês. Depois vc pega o valor final encontrado, COM JUROS PORTANTO, e aplica novos juros de 11/01/2003 ate a data da sentença 07/12/2005 por ex... com juros de 1% ao mês. Ai pega novamente o valor encontrado COM JUROS NOVAMENTE EMBUTIDOS e aplica novos juros em cima ate 30/07/2008. Há evidente capitalização!! Da uma diferença de cerca de R\$ 4.000,00 de excesso... Não me de trabalho homem... rs, Faça assim. Corrija primeiro o valor.

Dano moral = R\$ 16.000,00

Dano material = 1.800,00

Total = 17.800,00

O acórdão manda corrigir desde a sentença 07/12/08

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo

Valor Nominal	R\$ 17.800,00	
Indexador e metodologia de cálculo	> INPC-IBGE - Calculado pro-rata die.	
Período da correção	7/12/2005 a 30/7/2008	
Fator de correção do período	966 dias	1,136998
Percentual correspondente	966 dias	13,699828 %
Valor corrigido para 30/7/2008	(=)	R\$ 20.238,57
Sub Total	(=)	R\$ 20.238,57
Valor total	(=)	R\$ 20.238,57

Basta então você pegar este valor final corrigido e aplicar os juros encontrados no período, ou seja:

0,5% ao mês de 16/02/2001 à 10/01/2003 = 11,55%

1% ao mês de 11/01/2003 à 30/07/2008 = 67,56%

Total dos juros 79,11%

Assim, R\$ 20.238,57 + 79,11% = R\$ 36.249,30 + 15% hon = R\$ 5.437,40 = R\$ 41.686,70

A sua pretensão nestes casos (autos 777, 778, 779 e 780/2008) foi de R\$ 45.828,77 logo, há excesso de R\$ 4.142,07

Um abraço"

ESPINOLA & TEIXEIRA ADVOGADOS

ASSOCIADOS S/C - OAB/PR 190

Anacias Cezar Teixeira

OAB/PR 25.976-B

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Supremo autoriza investigação contra Collor

Ex-presidente é suspeito de ter recebido, em sua conta pessoal, depósitos de Alberto Youssef. O político nega ter relações com o doleiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) pelos depósitos que teria recebido do doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal. A apuração contra Collor, determinada pelo ministro do Supremo Teori Zavascki, ocorre quatro meses depois de ele ser absolvido na Corte da última ação a que respondia em razão das acusações que o levaram ao impeachment, em 1992.

A Justiça Federal do Paraná foi quem solicitou ao Supremo o pedido de abertura do inquérito para apurar o caso. O questionamento foi remetido ao STF porque Collor, como senador, tem direito a foro privilegiado.

Em maio, veio a público que o ex-presidente foi

beneficiário de oito depósitos em sua conta pessoal, no valor de R\$ 50 mil. Os comprovantes das operações foram encontrados na casa de Alberto Youssef, em uma busca e operação feitas pela Polícia Federal.

No dia 26 de maio, na tribuna do Senado, Collor negou ter qualquer relação com o doleiro. "Posso afirmar de forma e de modo categórico que não o conheço e jamais mantive com ele qualquer relacionamento pessoal ou político", disse. No pronunciamento de 18 minutos, ele não negou ter recebido os depósitos de Youssef, assim como não esclareceu os motivos do recebimento do dinheiro na sua conta.

Collor, candidato à reeleição no Senado por Alagoas, afirmou, em seu programa eleitoral na televisão de anteontem, que foi vítima de um "golpe parlamentar" que lhe tirou da Presidência da República em 1992. Ele também exibiu pronunciamentos de parlamentares que o cumprimentaram pela absolvição no caso.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

24 AGO 2014

Destino do metrô: calendas?

O conselheiro do Tribunal de Contas Ivan Bonilha tomou uma decisão corajosa na última sexta-feira — a de jogar para as calendas a construção do metrô curitibano. A abertura dos envelopes de licitação estava marcada para segunda-feira, na Bovespa, em São Paulo. Vencida esta etapa, as obras poderiam começar ainda neste ano ou no início do próximo.

Na antevéspera da licitação, no entanto, três detalhes do edital foram considerados irregulares pelo conselheiro, todos de natureza técnica e não jurídica: faltou detalhar o objetivo da Parceria Público-Privada (PPP), o órgão ambiental não teria competência para expedir a licença e também não houve prévia pesquisa de origem-destino.

Embora as razões oficiais sejam técnicas — e quem sabe até muito plausíveis —, é difícil não ver na decisão alguma motivação política: a conclusão da licitação poderia dar grande visibilidade política ao prefeito Gustavo Fruet e, indiretamente, à candidata do PT, Gleisi Hoffmann, de quem ele é aliado. Embora se deva acreditar na isenção do conselheiro Ivan Bonilha, é interessante lembrar os últimos passos de sua carreira: foi procurador-geral do município nas duas gestões do prefeito Beto Richa; foi elevado a procurador-geral do Estado quando Richa foi eleito governador e, meses depois, nomeado para o Tribunal de Contas. E lembrar, também, que Richa é candidato a governador que tem como um dos adversários a petista Gleisi Hoffmann.

A paralisação do processo de licitação do metrô tem graves consequências — uma delas é de que o prometido aporte do governo federal, de R\$ 1,8 bilhão, não sofrerá correção. Por outro lado, enquanto estiver suspenso, suspensa também estará a obrigação do governo estadual de oficializar sua participação de R\$ 700 milhões no empreendimento.

O Tribunal de Contas teve 90 dias para examinar o edital e neste período pediu e recebeu da prefeitura informações complementares para esclarecer pontos duvidosos. Mas só na tarde do último dia útil anterior ao pregão da Bovespa é que se anuncia o cancelamento — sem tempo para eventual liminar ou novos contraditórios.

Meses (ou até anos) podem se passar até que todas as questões sejam dirimidas — o que pode significar que com Gustavo Fruet possa ocorrer o mesmo problema enfrentado por Beto Richa e seu sucessor na prefeitura, Luciano Ducci, que não conseguiram até 2012 fazer a licitação lançada em 2007 para construir unidade de processamento de lixo de Curitiba e região metropolitana.

Nos dois casos, agem instituições — como o TC e o Ministério Público — como se fossem órgãos executivos. Não podem fazer obras, mas impedem. Ou, quando podem, como foi o caso do anexo do Tribunal de Contas, o Ministério Público prova que ali havia maracutaia, coisa que o Tribunal de Justiça preferiu desconhecer.

24 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Urnas biométricas serão usadas por 15% dos eleitores

Nas eleições deste ano, 762 municípios brasileiros, entre eles 15 capitais, usarão a biometria nas urnas eletrônicas para identificar os eleitores. Ao todo, 21,6 milhões de pessoas serão identificadas pelo método, o que significa 15% do total de eleitores do país. Como as impressões digitais são únicas e a comparação na base de dados é feita por um programa de computador, a biometria é considerada um processo seguro.

O professor Pedro Antonio Dourado de Rezende, do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília, no entanto, é um crítico do sistema. "Qualquer método de identificação biométrica será baseado em alguma técnica probabilística, envolvendo reconhecimento aproximado de padrões entre um padrão cadastrado e um apresentado, e, por isso, será sempre sujeito a erros. Usado em larga escala, como em nosso processo de votação, esses erros se tornam inevitáveis, e com porcentagem de ocorrências previsível", diz o professor.

NOTA POLÍTICA



**Roberto Acioli
e José Baka Filho**

Os dois tiveram suas candidaturas a deputado vetadas pela Justiça Eleitoral. Ainda cabe recurso das decisões.

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Com 4 mortes, presídio de Cascavel tem a pior rebelião do Paraná desde 2010

Cinco presos foram atirados do telhado do presídio. Negociações foram suspensas na noite de ontem e seriam retomadas às 7 horas de hoje

Rodrigo Batista, Diego Antonelli e Luiz Carlos da Cruz, correspondente em Cascavel

▮ No caso mais grave dos últimos quatro anos no Paraná, uma rebelião de presos causou a morte de ao menos quatro pessoas e fez agentes reféns na Penitenciária Estadual de Cascavel. O motim começou na madrugada de domingo e não havia sido encerrado até o fechamento desta edição. Com a energia elétrica e o fornecimento de água cortados, as negociações foram suspensas no início da noite de ontem e a previsão era de que as conversas seriam retomadas às 7 horas desta segunda-feira.

O motim ficou marcado pela extrema violência: ao menos cinco presos foram jogados do telhado, de uma altura de 15 metros, e perma-

neceram sem atendimento médico por cerca de três horas, até que as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar conseguiram entrar no pátio em segurança. Dois presos foram decapitados e os corpos foram usados para torturar os reféns. O número de feridos não foi confirmado.

Os motivos que levaram ao início da rebelião ainda não foram esclarecidos. Os presidiários fizeram reivindicações, pedindo o fim de abusos (veja quadro abaixo). Contudo, no telhado da penitenciária foram colocadas faixas fazendo referência ao Primeiro Comando da Capital (PCC) — facção criminosa que domina presídios de vários estados. Informações não oficiais dão conta de que a rebelião foi planejada e é uma disputa de grupos rivais. A penitenciária não está superlotada: tinha 1.040 presos e capacidade para 1.116.

A estimativa é de que 800 detentos participam da revolta. Dois agentes penitenciários foram feitos reféns e continuam nas mãos dos presos. Outros detentos também estão como reféns na penitenciária. A assessoria de imprensa informou que a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania

e Direitos Humanos (Seju) vai se pronunciar somente hoje. A secretária Maria Tereza Uille Gomes viajou para Cascavel e participou das negociações.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Cascavel, Amarildo Horvath, teve acesso ao local e contou à reportagem que, das 24 galerias da penitenciária, 20 foram danificadas. No final da tarde de domingo, 77 presos foram transferidos para a Penitenciária Industrial de Cascavel, que fica no mesmo complexo que a Penitenciária Estadual. Os detentos estariam sendo ameaçados pelos rebelados. A secretaria estuda fazer outras transferências de presos.

Os detentos se reuniram no telhado da penitenciária e também queimaram colchões. Os rebelados usavam capuz para esconder o rosto e estenderam faixas sobre o presídio cobrando respostas e fazendo reivindicações. Várias pessoas foram espancadas pelos detentos e mostradas para quem acompanhava a rebelião do lado de fora.

CONTINUA

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

19º EMUMANO

Um balanço divulgado pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) aponta que 24 agentes penitenciários foram feitos reféns pelos presos nas 19 rebeliões que ocorreram nos últimos 12 meses. Veja alguns casos:

3 nov 2013— Na cidade de Ivaiporã, na região de Maringá, os presos fizeram um motim por 17 horas. Os detentos se rebelaram e fizeram dois agentes carcerários reféns no minipresídio do município. Após o motim, 20 dos presos rebelados fugiram do local.

27 dez 2013— Quatro detentos iniciaram um motim e fizeram dois agentes reféns no Complexo Médico Penal (CMP), em Pinhais. Eles pediam a transferência deles e de outros apenados. No fim do motim, 40 presos foram transferidos após 20 horas de negociação.

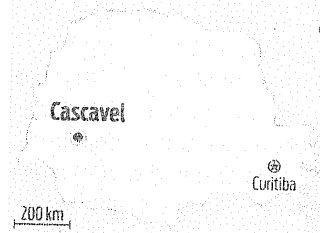
16 jan 2014— Um agente penitenciário foi mantido refém durante 16 horas na PCE, em Piraquara. Os presos pediam transferências para Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu.

6 mar 2014— Presos que reivindicavam transferências para Londrina e Francisco Beltrão mantiveram por 15 horas dois agentes penitenciários como reféns na PEP I. As negociações duraram

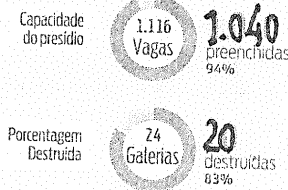
poucas horas, mas os presos se recusaram a viajar de noite, o que fez com que o motim terminasse somente após 15 horas.

22 jul 2014— Na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu I (PEF I), no Oeste do Paraná, dois agentes foram mantidos sob domínio de 16 presos por seis horas. A exigência também era de transferência para outras unidades prisionais do estado.

ONDEFICA



PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CASCAVEL



A ÚLTIMA

Há quatro anos e meio o Paraná não enfrentava uma rebelião em presídios estaduais em que houvesse mortes. A última ocorreu em janeiro de 2010. Cinco presos foram assassinados pelos detentos rebelados na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Na época, o motim de 1,5 mil presos durou 18 horas e terminou com 90% das celas destruídas.

EXEMPLO

Em janeiro, a secretária da Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, participou de uma visita técnica ao Maranhão para auxiliar o estado nordestino no controle da crise carcerária. O Paraná apresentou o Business Intelligence, um software de gestão prisional desenvolvido aqui e que disponibiliza dados atualizados sobre o sistema penitenciário, com o perfil de cada detento. Em dois anos, com o auxílio do BI, o Paraná reduziu em 2,5 mil o número de detentos em presídios.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 AGO 2014

ESTRUTURA

Apenas nove agentes cuidavam de mais de mil presidiários

O presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Antony Jhonson, afirma que em todo o estado há falta de agentes para trabalhar nas penitenciárias, o que prejudica a manutenção dos presos nesses locais. "A situação de Cascavel é bastante complicada. Antes da rebelião, em um dos blocos, havia dois agentes para conter 140 presos e ainda trabalhavam com dois presos de confiança", reclama. Está marcada para amanhã uma mobilização em Cascavel cobrando mais segurança e melhores condições de trabalho aos agentes penitenciários. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Paraná, José Carlos Cal Garcia Filho, reforça que os principais motivos para a rebelião se devem aos maus tratos sofridos pelos presos e pelo abuso na revista de visitas dos detentos. "Especialmente em mãe ou filhas mais velhas dos presos. Mas também não podemos esquecer que são poucos agentes para cuidar de um número tão grande de presos. Os agentes devem abrir as celas pessoalmente. Deveria ser investido em um sistema eletrônico que fornecesse mais segurança aos agentes", afirma. Segundo ele, é prematuro afirmar que a rebelião tenha uma relação direta com facções criminosas, como o PCC. "Ainda não podemos dizer que esse motim ocorreu em virtude da ação de uma facção. Os motivos primordiais seriam os maus tratos e o abuso na revista das visitas", afirma Garcia.

OSPEDIDOS

Confira as reivindicações dos presos e detalhes da Penitenciária Estadual de Cascavel:

Reivindicações

Fim de agressões aos presos.

Melhoria na qualidade da comida.

Fim de abusos nas inspeções das visitas.

Melhorias na estrutura física.

Raio-X

Penitenciária inaugurada em 2007 com 9.970m².

Abriga condenados do sexo masculino em regime fechado.

Estrutura para 1.116 detentos, sendo que 1.040 vagas estão ocupadas.

Famílias rezam pelos detentos

O clima durante todo o dia, em frente à Penitenciária Estadual de Cascavel, foi de muita preocupação para os familiares de presos em busca de notícias. Desesperados, muitos familiares choravam e imploravam por informações. No período da tarde, eles fizeram uma roda de oração e, com bíblias nas mãos, pediram o fim da rebelião. O pai de um dos detentos afirmou que a situação pode se transformar em um novo Carandiru, em uma alusão aos 111 presos mortos em 1992 no antigo presídio paulista durante uma rebelião. "Eu sei que os agentes não respeitam os presos", afirmou.

Uma mulher, que também não se identificou, disse que o marido está dentro do presídio e que ela já lutou por melhorias, enviando cartas à direção e procurando o juiz corregedor, mas nunca obteve resposta. "Eles estão sendo oprimidos lá dentro, não têm nem chuveiro. Eles não querem regalia, mas o mínimo de estabilidade", afirmou.

Um rapaz disse que já esteve preso no local e afirmou que os agentes são extremamente agressivos. "Cansei de

levar tapa na cara", contou. Segundo ele, um dia foi agredido e colocado isolado apenas por ter pedido um remédio quando estava doente.

O entra e sai de policiais no local deixou o local perigoso devido ao número de pessoas que se aglomeraram próximo ao acesso do presídio. Uma criança ficou ferida após um carro de cor prata, dirigido por um policial, passar sobre seu pé. (LCC)

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Novo crime reacende casos insolúveis



Rachel Genofre foi morta há quase seis anos, quando tinha 10 anos.

O assassinato de Julia, encontrada perto do Zoológico de Curitiba, chama atenção para outras mortes de meninas na Grande Curitiba



O assassinato de Tayná Adriane da Silva completou um ano

CASO JULIA

A menina Julia Souza da Silva, 12 anos, desapareceu em 13 de agosto, após ter saído de casa para ir a uma padaria próxima de onde morava com a família, no bairro Ganchinho, em Curitiba. No dia seguinte, a família encontrou o corpo dela em um matagal, no Alto Boqueirão. Até o momento, ninguém foi preso e a polícia ainda não divulgou se há suspeitos do crime.

CONTINUA

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Raphael Marchiori

A trágica morte de Julia Souza da Silva, 12 anos, cujo corpo foi encontrado na semana passada com ferimentos causados por faca, próximo ao Zoológico de Curitiba, reacende outros dois crimes contra meninas que chocaram o país. O mais antigo deles, que vitimou Rachel Genofre, 10 anos, completará seis anos em novembro com um inquérito de mais de 5 mil páginas.

Segundo Maritza Haisi, titular da Divisão de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP), o último suspeito descartado estava morando no exterior. O homem havia estado na região da Rodoferroviária [local em que o corpo foi encontrado] entre os dias do desaparecimento de Rachel e a localização do corpo e frequentava lugares comuns aos da garota, mas exames laboratoriais descartaram a suspeita.

“Colhemos material genético de parentes dessa pessoa e o DNA não bateu com o material colhido no corpo da Rachel”, disse a delegada, que atualmente preside o inquérito de sete volumes e 5,2 mil páginas. Ao todo, mais de 150 exames de material genético foram realizados para tentar elucidar o caso. O corpo de Rachel foi encontrado dentro de uma mala na Rodoferroviária da capital, com sinais de estrangulamento e violência sexual.

A advogada Cássia Bernardelli, que representa a família no caso, lamenta o tempo sem respostas sobre o crime. “Toda quinzena vou à polícia atrás de novidades e não temos nada. No final do ano passado, tivemos a promessa de que uma força tarefa retomaria as investigações, mas continuamos aguardando respostas”, afirmou.

Tayná

Em 25 de junho, a morte de Tayná Adriane da Silva, 14 anos, completou um ano. A jovem foi encontrada morta em um matagal em Colombo, na região metropolitana. À época do desaparecimento da garota, quatro homens, com idades entre 22 e 25 anos, chegaram a ser presos após confessarem o crime, mas foram soltos depois de alegarem terem sido torturados.

O “caso Tayná” ainda contou com um laudo do Instituto de Criminalística que descartou violência sexual antes da morte. Além disso, a suspeita de tortura levou 11 pessoas para a prisão — a maior parte policiais. Todos foram soltos após reviravoltas na investigação que ajudaram a derrubar o então delegado-geral da Polícia Civil Marcus Vinícius Michelotto.

A família da vítima, que é representada pelo advogado Luiz Gustavo Janiszewski, já fez manifestações pela cidade cobrando uma solução do caso. Nessas ocasiões, os parentes de Tayná reafirmam que ela sofreu violência sexual antes de ser morta e que os quatro homens apontados como suspeitos são os autores do crime.

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Leitor biométrico “falha” em 30% dos casos

Eleição simulada realizada pelo TRE em três cidades do Paraná apontou 70% de eficiência do leitor biométrico na primeira tentativa

Rodrigo Batista



Justiça Eleitoral diz que até oito tentativas de reconhecimento biométrico devem ser feitas pelos mesários.

Cerca de 30% dos eleitores que participaram de uma eleição simulada no Paraná, no último sábado, precisaram de, ao menos, duas tentativas para ter a impressão digital reconhecida pelo equipamento biométrico que acompanha as urnas eletrônicas. O teste foi realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) em Londrina, Tamarana e Campo Largo, três das dez cidades do Paraná que terão eleições biométricas neste ano.

Entre 25% e 30% dos 6,5 mil eleitores convidados compareceram aos testes — índice considerado bom pelo tribunal. Uma nova eleição simulada no Paraná será realizada no próximo sábado (30) em mais cinco cidades que usarão o sistema biométrico no pleito.

O TRE-PR considera satisfatório o percentual de 70% de eficiência da urna biométrica no reconhecimento di-

gital na primeira tentativa. Segundo o órgão, os treinamentos que serão dados aos mesários até as eleições, além de novos testes com os equipamentos, devem elevar esse índice até 5 de outubro, quando ocorre a votação no primeiro turno.

Durante a eleição simulada, somente em um dos casos foi preciso que o eleitor votasse sem o reconhecimento biométrico. Isso porque, segundo o TRE-PR, a votante tinha os dedos bastante machucados, o que inviabilizou o uso do equipamento. Assim, a votação ocorreu da forma antiga, com a identificação feita por documento de identidade e título de eleitor. Conforme um manual que será distribuído pela Justiça Eleitoral aos mesários, até oito tentativas devem ser realizadas para que a impressão digital do eleitor seja reconhecida eletronicamente.

A votação simulada ocorreu da mesma forma como acontecerá a eleição verdadeira, com presidente de seção eleitoral e mesários.

Londrina, Tamarana e Campo Largo estão entre as oito cidades do estado que adotaram o sistema neste ano, após a revisão biométrica do eleitorado. Os outros municípios são Maringá, Ivatuba, Paíçandu, Doutor Camargo e Floresta. Desde 2012, Curitiba e Balsa Nova já usam o identificador biométrico nas votações.

25 AGO 2014

GAZETA DO POVO

TRE revê recolhimento de “casinhas” de Alvaro Dias

Luan Galiani

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) revogou, na última semana, a decisão liminar que obrigava o senador e candidato à reeleição Alvaro Dias (PSDB) a recolher, em 72 horas, toda propaganda eleitoral que contivesse o símbolo da “casinha”.

Trata-se de um triângulo formado por linhas que lembram uma casa e remetem à letra A. As peças foram utilizadas como marca oficial do governo do Paraná na gestão de Alvaro, entre 1986 e 1989.

Na nova decisão, o juiz auxiliar Guido José Döbeli entendeu que as “casinhas” são uma marca de promoção da época em que o senador foi gestor, e revogou a liminar. O mérito da questão, porém, ainda deve ser julgado.

O pedido de liminar partiu de Gleisi Hoffmann (PT), candidata ao governo estadual.

BESSA

Parangense no IAB

O advogado José Lucio Glomb, ex-presidente da OAB-PR, toma posse nesta quarta-feira como membro associado do Instituto dos Advogados Brasileiros, no Rio de Janeiro. Fundado em 1843, o IAB tem por tradição reunir grandes juristas do Brasil – a sede preserva intacta a cadeira de Rui Barbosa. Do Paraná fazem parte do Instituto René Dotti, Egas Moniz Aragão, Luiz Edson Fachin, Alfredo Assis Gonçalves Neto e Clèmerson Merlin Clève, entre outros.



O IAB é presidido atualmente pelo advogado carioca Tércio Lins e Silva.

Vale tudo na busca pelo poder?

Moacir Ribeiro de Carvalho Júnior

No amor e na guerra todas as armas são válidas". Esta frase, difundida no conhecimento popular, serve para ilustrar o ambiente no qual se desenvolve a disputa política. O grande público desconhece as paixões e estratégias que estão envolvidos na corrida pelos mandatos públicos. Cabe destacar que se trata de um fenômeno observado em todo o globo terrestre e em toda a história da humanidade. Seria muita ingenuidade esperar a santidade daqueles sujeitos sedentos pelo poder. Isso! Uma histórica corrida em busca do poder: o poder do capital, do controle sobre os outros homens, da vaidade etc. A trajetória humana se caracteriza pela subida, e descida, de líderes nos respectivos tronos.

A questão é compreender como se deu, e como se dá, o acesso ao poder. A disputa nas modernas democracias é direcionada, por óbvio, pelo controle da lei, mas, quando os candidatos encontram brechas no sistema jurídico vigente, supõe-se que a tendência é recorrer ao benefício deixado à prova em detrimento dos adversários.

No Brasil, o abuso do poder político vem ganhando destaque desde a polêmica levantada sobre a conduta do então presidente Lula ao expor a sua ministra (e candidata) Dilma Rousseff em eventos como grandes inaugurações, entrevistas etc. Restou uma impressão de que o presidente estava se aproveitando da sua agenda política para expor uma candidata ao público, em detrimento dos demais candidatos.

Contudo, cabe destacar que não se trata de um evento isolado; ao contrário, é comum que políticos já seguros no poder façam uso da máquina pública para garantir os votos. Note-se que há duas formas de abuso de poder: um é oriundo de grupos econômicos; o outro, dos recursos existentes na própria infraestrutura estatal. Em ambos os casos, o direito eleitoral brasileiro procura minimizar os impactos do poder desproporcional utilizado no convencimento do eleitor.

A eleição existe com o intuito de se consolidar o consenso dos cidadãos na escolha dos gestores do poder político. A importância desse processo é vital ao regime democrático; logo, o interesse sobre o processo coletivo é, em tese, maior que os interesses privados e individuais. O cidadão tem, sim, o direito de votar e de ser votado, mas este direito individual não deve soterrar os interesses da coletividade, ou seja, uma democracia sadia.

Neste entendimento, o artigo 14 da Constituição é claro ao transferir à lei complementar a incumbência de consolidar um sistema no qual se garanta a "normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta". Contudo, o sistema carece de constantes ajustes, haja vista a evolução tecnológica, econômica, social e comunicativa. Algumas sociedades são mais sensíveis às formas de acesso ao poder e, por causa disso, criam regras capazes de coibir o tratamento egoísta empregado por grupos em detrimento dos interesses de toda a sociedade.

É importante desenvolver um sistema jurídico capaz de estabelecer "freios" aos grupos historicamente arraigados no poder, pois, conforme a sociedade evolui nos interesses, as demandas vão surgindo. A tributação é universal, mas os benefícios públicos são individualizados. E quem direciona tais recursos? A resposta a esta questão pode dimensionar o quanto é prejudicial ao regime democrático o uso da máquina pública para fins clientelistas, mas é necessário compreender que se trata de um fenômeno real e universal, passível de repreensão da sociedade, que não pode permitir a deturpação do processo eleitoral.

Moacir Ribeiro de Carvalho Júnior, mestre em Gestão Pública, é professor de Direito Eleitoral no Centro Universitário Internacional Uninter.

GAZETA DO POVO

A força dos jornais

Para seguir fazendo seu trabalho com credibilidade e independência, veículos buscam modelo de negócios sólido

O décimo Congresso Brasileiro de Jornais (CBJ), realizado na semana passada em São Paulo, terminou com um novo passo na direção do fortalecimento dos jornais. Já estava consolidada a convicção de sua importância para a democracia. Mas, sem um sólido modelo de negócios, todo esse trabalho estaria correndo risco. E foi a esse aspecto que os participantes do evento, organizado pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), se dedicaram.

Historicamente, a medida mais usada para medir o alcance de um jornal impresso era sua tiragem diária, o número de exemplares que saíam da gráfica. Com base nessa medida, os veículos se comparavam uns com os outros, e era esse número que o mercado publicitário tinha em mente na hora de programar os investimentos de seus clientes. Enquanto isso, outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão, eram avaliados de acordo com seu alcance efetivo, o número de pessoas impactadas pela exibição de determinado programa. Assim, qualquer comparação envolvendo jornais impressos — medidos pela tiragem diária — e outros meios, medidos pelo seu alcance, resultaria amplamente desfavorável aos jornais.

A entrada em cena da internet transformou o jornal, que deixou de existir exclusivamente em papel. Hoje, ele é impresso, lido nos computadores e nas telas de tablets e smartphones. Para os sites, consolidou-se a métrica dos *unique visitors* (“visitantes únicos”), normalmente avaliada mensalmente. Mesmo assim, a tiragem diária do jornal impresso não tinha deixado de ser um critério relevante na disputa pelos recursos da publicidade. Os meios de comunicação continuavam a ser avaliados por critérios diferentes e não surpreenderia que, ao olhar os dados, alguém chegasse a pensar que o jornal impresso estava em franca decadência.

No entanto, números sobre o efetivo alcance dos jornais, superando a defasada métrica da tiragem diária, já existiam havia algum tempo — faltava apenas que os próprios veículos de comunicação descobrissem sua real força. E a verdade é que nunca se leu tanto jornal, independentemente da plataforma — impressa ou digital. Em julho de 2014, a *Gazeta do Povo*, *O Estado de S.Paulo*, *o Zero Hora* e *O Globo*, somados, tiveram 17,3 milhões de *unique visitors* apenas nas plataformas móveis, quase seis vezes mais que em janeiro de 2013. Mesmo o jornal em papel segue forte — a *Gazeta do Povo* impressa tem, em Curitiba, mais leitores que os principais portais de notícias do país.

À consciência da força dos jornais manifestada pelos números se junta a constatação de sua credibilidade. Em março, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República divulgou a Pesquisa Brasileira de Mídia, na qual, entre muitos outros dados, brilha a percepção de que o jornal é o meio em que o brasileiro mais confia: 53% dos entrevistados confiam sempre ou quase sempre nas informações veiculadas nos jornais, porcentual que supera o rádio (50%), a televisão (49%), as revistas (40%), os demais sites (28%), as mídias sociais (24%) e os blogs (22%). Com todas essas informações em mãos, os jornais perceberam a necessidade de se unir não só para tornar esses números mais conhecidos pelo mercado, mas também para buscar um modelo de negócios que permita aos jornais atingir a sustentabilidade para continuar a prestar seu relevante serviço à sociedade.

Foi assim que, no CBJ, ficou consolidado esse novo posicionamento, com o lançamento de novas ferramentas de venda de negociação de anúncios nas plataformas impressa e digital em jornais associados à ANJ. O Digital Premium Jornais permitirá a venda simultânea de anúncios em nove sites dos maiores jornais brasileiros, enquanto o Marketplace dos Jornais terá informações sobre preço, formatos, audiência e circulação, para que o mercado publicitário possa planejar a veiculação de anúncios nos veículos impressos da entidade.

A grande mensagem do CBJ é justamente esta: os jornais, para terem um modelo sustentável, precisam se unir. Não deixam de ser concorrentes, mas têm o objetivo comum de garantir sua existência de forma responsável, mantendo sua independência e credibilidade — atributos indispensáveis, como ressaltou uma das homenageadas no CBJ, a jurista colombiana Catalina Botero, relatora de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ela se dedica especialmente à defesa dos jornalistas que vivem sob regimes autoritários; seu trabalho comprova, na prática, as palavras de Fernão Lara Mesquita, do Grupo Estado, para quem “democracia, jornalismo e liberdade de imprensa (...) são coisas que nascem e morrem juntas” — como mostram a Venezuela, cujo governo asfixia os jornais de oposição, e a Argentina, com sua Lei de Meios. Com jornais fortalecidos, a democracia respira — e agradece.

GAZETA DO POVO

A condição de confissão nos parcelamentos de tributos

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G. A. HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

É comum, de tempos em tempos, o governo instituir programas de parcelamento de débitos com interessantes reduções nos valores de multas e juros, bem como ampliação do prazo para pagamento, assim como previsto na alteração trazida pela Lei Federal 12.996/2014 e posterior regulamentação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009.

Acontece que para adesão aos parcelamentos ofertados é condicionado o oferecimento de confissão irrevogável e irretroatável dos débitos pelo contribuinte devedor, com a desistência das discussões em curso sobre a exigência dos débitos, sejam judiciais ou administrativas. Dessa forma, o contribuinte estará abrindo mão de eventual questionamento dos débitos incluídos no parcelamento.

Apenas para exemplificar citamos o parágrafo 5º da Portaria nº 13 da PGFN/RFB, que regulamentou o "Refis da Copa" que dispõe

o seguinte: "O requerimento de adesão ao parcelamento ou ao pagamento previstos no caput: I - implicará confissão irrevogável e irretroatável dos débitos abrangidos pelo parcelamento ou pagamento em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, configurará confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC) e sujeitará o requerente à aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Portaria Conjunta;"

Porém, a condição de confissão de dívida de forma irrevogável e irretroatável para aderência ao programa de parcelamento dos débitos tributários é relativa, pois, é garantida, constitucionalmente ao contribuinte, a tutela jurisdicional de lesão ou iminente ameaça a direito, conforme previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal. E, também vale ressaltar que a obrigação tributária decorre exclusivamente de lei, não podendo o contribuinte dela dispor mediante declaração.

E esse, portanto, o entendimento atual e pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

Assim sendo, a mera declaração de vontade do contribuinte que gere confissão da dívida fiscal feita para adesão a qualquer programa de parcelamento, não impede a possibilidade e o direito de posterior discussão judicial da cobrança em casos que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue e declare inconstitucionais. Já existem no judiciário, decisões que além de afirmar que a confissão irretroatável feita pelo contribuinte é relativa, portanto podendo ser questionada posteriormente, também reconhecem o dever da devolução ou compensação dos valores já recolhidos indevidamente.

O que devemos elucidar, apenas, é o fato de que a exigência de declaração, constituinte da confissão irrevogável e irretroatável para adesão aos programas de parcelamento, simplesmente não pode ser declarada inconstitucional, pois prevista no Código Tributário Nacional. O que ocorre é apenas uma relativização da declaração de confissão que em caso dos débitos serem julgados indevidos não será considerada irretroatável. Assim sendo, à medida em que os débitos incluídos e pagos em parcelamento, aderido mediante confissão irrevogável e irretroatável, forem julgados indevidos pelo STF, o contribuinte poderá pedir restituição dos valores já pagos, ou compensação, ou ainda, suspender o pagamento do referido parcelamento ainda em curso.

(Colaboração: Fabiano Arcie Eppinger, G. A. Hauer Advogados Associados - geroldo@gahauer.com.br)

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa nega descontrolado em gastos do CNJ

Ex-ministro reagiu a medida de Lewandowski para reduzir custo com diárias e viagens

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O ex-presidente do Conselho Nacional de Justiça e agora ministro aposentado Joaquim Barbosa contestou a avaliação de seu sucessor, ministro Ricardo Lewandowski, que considerou elevadas as despesas com diárias e passagens de conselheiros e servidores do órgão em sua gestão. O CNJ faz o controle externo do Judiciário e apura crimes cometidos por juízes.

Presidente em exercício do CNJ, Lewandowski assinou, no último dia 8, uma instrução normativa que fixa regras mais rígidas para a autorização de viagens, com o objetivo de conter o “elevado dispêndio de recursos no exercício financeiro de 2013 e no primeiro semestre de 2014”.

Por meio de ex-assessores, Barbosa argumentou que esse dado isolado não reflete a redução das despesas com viagens ocorrido nos últimos anos. Segundo dados oficiais, os gastos com passagens e diárias nacionais e internacionais em 2013 foram de R\$ 3,076 milhões, em comparação com R\$ 8,3 milhões em 2011, na gestão do ministro Cezar Peluso (2010/2012).

A queda nos gastos já era percebida na gestão do ministro Ayres Britto (abril a novembro de 2012). O CNJ encerrou 2012 com despesa de R\$ 5 milhões com viagens.

Segundo a assessoria do CNJ, Lewandowski “reafirma o inteiro teor da Instrução Normativa, que regulamenta a utilização preferencial de videoconferência e a realização de reuniões e eventos na capital federal”.

Em nota, a assessoria apontou que, em 2013, foram gastos mais de R\$ 3 milhões com viagens e, em 2014, até o mês de junho, o gasto chegou a mais de R\$ 1,3 milhão, algo considerado “elevadíssimo” por Lewandowski, que sugere a redução dos custos com a realização de mais eventos em Brasília.

MONICA BERGAMO

NA INTERNET

OUTROS DESTAQUES

MAGISTRADOS PEDEM MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO

A AJD (Associação Juízes para a Democracia) enviou ofício ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, pedindo a aprovação de projeto de lei que trata da audiência de custódia, ou seja, do contato imediato do juiz com o cidadão detido. A apresentação do preso a um juiz logo após a prisão é vista como passo fundamental para a redução de casos de torturas, maus-tratos e outros abusos

» folha.com/no1504289

VISITA

E o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, visita hoje Ana Arraes, mãe de Eduardo Campos, em Pernambuco. Transmitirá as condolências da corte a ela.

UM TEMPO

Aos 66 anos, Ana Arraes, que é ministra do TCU (Tribunal de Contas da União), tirou licença médica. No dia em que soube da notícia, a pressão dela chegou a 20.

FOLHA DE S. PAULO

Efetividade da Justiça

OSCAR VILHENA VIEIRA

A demora no julgamento definitivo de questões criminais esgarça o tecido social e gera incerteza

23 AGO 2014

UM DOS principais desafios de Dilma, Aécio ou Marina nos próximos quatro anos será aumentar a efetividade da Justiça. Por efetividade, entenda-se capacidades de proferir e executar, em tempo razoável, boas decisões.

Hoje são mais de 90 milhões de processos pendentes em todo o Brasil, sendo que a cada ano surgem mais de 25 milhões de novos processos. Ainda que os juízes e tribunais brasileiros estejam se tornando cada vez mais rápidos, uma decisão final pode demorar anos ou décadas.

A demora no julgamento definitivo de questões criminais ou mesmo na solução de conflitos civis beneficia, em geral, os que cometem delitos e aqueles que buscam adiar o pagamento do que devem. Esgarça o tecido social, gera incerteza, impõe custos adicionais à realização dos negócios, bem como ao controle do poder público.

Parte do problema reside no fato de que no Brasil os juristas introjetaram a ideia de que a garantia ao duplo grau de jurisdição não é o suficiente para a realização da justiça. Daí haver um grande volume de casos que, após julgamento por um juiz singular e por um tribunal, ainda são submetidos ao TST (Tribunal Superior do Trabalho), ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) ou ao próprio STF (Superior Tribunal de Justiça).

Para enfrentar o problema da "interminabilidade" dos processos dois movimentos concomitantes precisam ser feitos. O primeiro deles, na linha do proposto pela chamada PEC (Proposto de Emenda à Constituição) do Peluso, deixaria claro que após o exaurimento do duplo grau de juris-

dição uma decisão se torna definitiva, podendo exercer todos os seus efeitos. Os tribunais superiores, em especial o STF, deveriam apreciar, em grau de recurso, apenas os casos necessários para harmonizar a atuação dos tribunais inferiores.

Nesse sentido é emblemático o fato de que a Suprema Corte norte-americana aprecie apenas 1% dos recursos que lhe chegam a cada ano. O que significa, em números absolutos, 80 casos contra 61 mil julgados pelo STF, no ano de 2013. A autoridade do Tribunal não está em proferir muitas decisões, mas sim em tomar decisões que orientem as demais cortes do país.

O segundo movimento, bastante mais complexo, está associado à necessidade de ampliação da consistência e coerência das decisões produzidas por tribunais federais e estaduais em todo o país. Sem o que a necessidade de revisão por tribunais superiores continuará a ser um imperativo.

Premidos por rigorosas metas de produtividade, estabelecidas pelo CNJ, mas embalados por privilégios históricos, como dois meses de férias, recesso forense ou flexibilidade para licenças, alguns desembargadores transferiram para um exército de assessores a responsabilidade de julgar. O resultado é uma jurisprudência fragmentada e incongruente. Se é natural que casos semelhantes sejam julgados de forma distinta por distintos tribunais, não é desejável que câmaras e turmas diversas não tenham seus julgados harmonizados ao longo do

tempo. O pior, no entanto, são casos, cada vez mais constantes, em que um mesmo desembargador, ou seus assessores, resolve processos iguais de formas opostas, às vezes numa mesma sessão.

Para que o STF possa se concentrar em casos efetivamente importantes, tendo tempo para lapidar uma jurisprudência que sirva como guia às demais instâncias, é essencial restringir suas atribuições. Isso, porém, só fará sentido se os tribunais de segundo grau estiverem dispostos a qualificar sua jurisprudência.

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Investigação de acidente aéreo deve ser sigilosa?

NÃO

Restrição inconstitucional

RODRIGO DE GRANDIS

A lei nº 12.970, de 8 de maio de 2014, ao modificar o Código Brasileiro de Aeronáutica, trouxe diversos obstáculos às investigações da polícia e do Ministério Público para a apuração de todas as circunstâncias de um desastre aéreo.

Em primeiro lugar, o texto legal condicionou o acesso a relevantes informações detidas pela Aeronáutica à prévia autorização do Poder Judiciário. Esse tipo de restrição não tem fundamento na Constituição Federal brasileira, que determina a prévia manifestação do juiz apenas em três casos: decreto de prisões (excetuada a prisão em flagrante), busca e apreensão domiciliar e interceptações telefônicas.

Agora, com a alteração legislativa, provas efetivamente importantes para qualquer investigação criminal — como as gravações contidas na caixa-preta da aeronave, as conversas entre pilotos e dados sobre o voo — somente poderão ser usadas pela polícia e pelo Ministério Público com autorização da Justiça e, mesmo assim, após manifestação do representante judicial do órgão de investigação aeronáutica.

Em segundo lugar, afastou-se a possibilidade de, em processos administrativos e judiciais, o juiz analisar provas que poderão servir para condenar ou para absolver alguém, como acontece com os reportes de perigo dos pilotos e o relatório técnico da investigação da autoridade aeronáutica.

A razão dessa mudança seria a alegação de que o relatório técnico não busca a punição, mas a prevenção de novos acidentes. Essa afirmação, entretanto, ignora o fato de que a apuração de um desastre aéreo nunca fica restrita à esfera da Aeronáutica. Por trás da queda de uma aeronave podem existir diversos crimes, os quais exigirão uma resposta no campo penal e a averiguação de responsabilidades na área civil para fins de indenização por danos materiais e morais.

Além disso, é inegável que as conclusões da Aeronáutica apresentarão importantes elementos que, analisados em conjunto com todas as demais provas produzidas na investigação criminal, conduzirão a um resultado mais seguro e justo no Poder Judiciário.

Ou seja, as investigações realizadas por Aeronáutica, polícia e Ministério Público se completam, se complementam, para garantir a cabal apuração de um acontecimento essencialmente complexo como é um acidente aéreo.

Enfim, as medidas introduzidas pela lei nº 12.970/2014 acarretam um entrave sem precedentes no direito brasileiro ao trabalho de investigação. Por se revelarem desproporcionais e ferirem dispositivos da Carta Magna como o exercício da ampla defesa e do contraditório, podem ser consideradas inconstitucionais — isto é, sem aplicação prática.

Limitar o acesso a informações e provas produzidas pela autoridade aeronáutica significa cercear a prerrogativa fundamental que todo cidadão brasileiro tem de provocar o Poder Judiciário para fazer prevalecer seus direitos.

Ademais, representa uma restrição à atividade investigatória da polícia e do Ministério Público, garantida na Constituição Federal.

RODRIGO DE GRANDIS, 38, é procurador da República em São Paulo e mestre em direito penal pela Faculdade de Direito da USP

CONTINUA

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SIM

Os benefícios do sigilo

MARCELO HONORATO

Para abordar esse tema, precisamos, inicialmente, esclarecer que a apuração realizada pelo Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) em nada se assemelha à apuração policial. Enquanto a investigação aeronáutica visa, unicamente, prevenir novos acidentes, levando em conta até mesmo hipóteses, a investigação criminal caminha em outro sentido, em busca de elementos certos de autoria. Uma olha para o futuro, e a outra se concentra no passado.

Isso quer dizer que a apuração do Cenipa não está submetida aos rigores do processo penal —este, sim, deve pautar-se na exatidão das acusações, sem ilações ou probabilidades. Se a investigação aeronáutica se limitar só a elementos comprovados, por certo teríamos muito mais acidentes aéreos, bem distante dos atuais índices de segurança.

Isso porque a investigação aeronáutica deixaria de levar em conta todas as hipóteses que rondam um sinistro aéreo. Tais probabilidades devem, obrigatoriamente, ser analisadas pelos investigadores, pois não podemos deixar de prevenir um novo acidente aéreo, mesmo que seja por hipótese —quer dizer, meras suspeitas de insegurança devem ser rigidamente apontadas pelos investigadores.

Não devemos descartar, também, que os acidentes aéreos, por envolverem alta velocidade e grande quantidade de combustível, geral-

mente têm consequências catastróficas. Isso muito dificulta a reprodução dos fatos, mesmo considerando a existência das caixas-pretas. Logo, as hipóteses sempre estarão a serviço da prevenção de novos acidentes.

Na seara judicial, o quadro é oposto, pois não há espaço para que hipóteses sustentem uma condenação penal, nem mesmo o recebimento de uma denúncia. Daí a preocupação em prover sigilo ao desenvolvimento da investigação aeronáutica, sob pena de violar a tão cara garantia constitucional da presunção de inocência.

Certamente, a maioria da população desconhece que a aviação diminui seus riscos com a colaboração ativa de pilotos, engenheiros, controladores de voo etc. São contribuições como a do piloto que reporta ter esquecido de conferir a pressão dos pneus antes da decolagem; a do controlador de voo que declara não ter alertado a mudança de direção do vento ao piloto —pequenos equívocos, mas de imensa importância para a segurança de voo.

Os profissionais da aviação, porém, só colaboram com as investigações se protegidos pelo sigilo, confiantes de que suas declarações jamais servirão como uma prova autoincriminatoria. No processo penal, é garantido ao acusado o direito ao silêncio, que evita esse efeito incriminatório. Já na investigação aeronáutica, a inação representa

uma lacuna insuperável, pois a informação silenciada poderá ser, justamente, aquela que iria prevenir um futuro acidente.

Advirta-se que, ao final, a investigação aeronáutica recebe ampla divulgação, pois já alicerçada em fundamentos exaustivamente estudados e isenta de referências pessoais.

A investigação aeronáutica também mergulha na intimidade de cada tripulante —a sua situação financeira e familiar, por exemplo— e analisa as gravações do voo, a exemplo das últimas frases dos aeronavegantes, cujo sigilo é um dever, em respeito aos seus entes queridos.

Percebe o leitor que o Estado democrático de Direito não se apoia só na absoluta publicidade das ações do Estado. Apoia-se também na garantia a direitos fundamentais —como a vedação à autoincriminação, a proteção à presunção de inocência, intimidade, memória de familiares e, finalmente, talvez a de maior envergadura, a garantia à segurança no transporte aéreo, assentada numa investigação colaborativa e especulativa, sem as amarras do processo penal e que traga muitos ensinamentos, na esperança de que novos acidentes não voltem a ocorrer.

MARCELO HONORATO, 44, é juiz federal e autor de "Crimes Aeronáuticos" (ed. Lumen Juris, no prelo), e exerceu, na Aeronáutica, a função de investigador de acidentes aéreos

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz embarga complexo de luxo na marginal

Justiça suspende licença ambiental de megaempreendimento às margens do Pinheiros, após laudo apontar irregularidades

Sentença questiona derrubada de árvores nativas e canalização de córregos; construtora nega problemas

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

A Justiça suspendeu a licença ambiental emitida para o Parque Global, megaempreendimento em construção nas margens do rio Pinheiros, perto do parque Burle Marx, na zona sul de São Paulo. O projeto prevê torres residências de alto padrão, escritórios, hotel e shopping.

Na prática, a decisão liminar (provisória) embarga o empreendimento, o segundo maior em andamento hoje na cidade em termos de área, equivalente a 22 campos de futebol —o Jardim das Perdizes, na zona oeste, é maior.

A sentença judicial está baseada em laudo feito a pedido do Ministério Público, após um grupo de moradores da região questionar o impacto do projeto. O documento cita problemas no processo de licenciamento ambiental.

O Grupo Bueno Netto, responsável pelo projeto, nega irregularidades e informa que recorrerá da decisão.

O juiz Adriano Laroca questiona, em sua sentença, o fato de os órgãos ambientais terem liberado a derrubada de dezenas de árvores nativas numa área de mata com mais de 10 mil m² de extensão.

E de terem liberado, também, a canalização de dois cursos de água: o córrego Pau Arcado e seu afluente.

O córrego, segundo o laudo, tinha mata ciliar, o que o caracteriza como área de preservação permanente. Ou seja, não poderia ser alterada.

“O licenciamento ambiental dado pela Cetesb [agência ambiental], por suas características técnicas (aterro de mais de 300 mil m³ de material; supressão de vegetação; e construção de megaempreendimento imobiliário), em juízo preliminar, não promove a remediação ambiental da área”, escreveu o juiz.

Outro questionamento da Justiça diz respeito à falta de estudo de impacto ambiental de tudo o que será erguido ali.

No local, em três fases distintas, serão construídas cinco torres residenciais, um shopping center, um hotel e outras torres comerciais. A previsão de término de todo o empreendimento é 2020.

De acordo com o juiz, as intervenções em área permeável e com vegetação, na várzea do rio Pinheiros e ao lado do parque Burle Marx, geram potenciais impactos ambientais e urbanísticos negativos de grande proporção.

Isso, pela Constituição Federal, torna obrigatória a elaboração de um estudo ambiental, na interpretação do juiz. O descumprimento da sentença pode render multa diária de R\$ 500 mil.

FOLHA DE S. PAULO 23 AGO 2014

Justiça bloqueia conta do Mellon no Brasil

Pedido é do fundo de pensão dos Correios, que pede indenização por perda de R\$ 197 mi com títulos da Argentina

Banco dos EUA diz que gestor de fundo é o responsável e vai recorrer; fundo faz também queixa ao BC

DAVID FRIEDLANDER
DE SÃO PAULO

A Justiça do Rio decretou nesta sexta-feira (22) o bloqueio de R\$ 197,8 milhões das contas do Bank of New York Mellon no Brasil, a pedido do fundo de pensão Postalís (dos funcionários dos Correios), segundo a Folha apurou.

A entidade quer receber esse dinheiro do banco americano como indenização por perdas com títulos da dívida argentina, reduzidos a pó depois do calote do governo daquele país em credores, semanas atrás.

As perdas ocorreram no fundo de investimentos Brasil Sovereign II, do qual o Postalís é o único cotista. O Mellon é o administrador desse fundo, que era gerido por uma outra empresa, chamada Atlântica.

Embora o Brasil Sovereign tivesse que aplicar 80% dos recursos em títulos da dívida brasileira, ele tinha a maior parte investido em papéis da Argentina, da Venezuela e de sua estatal de petróleo, a PDVSA. Além disso, a Atlântica superfaturou os preços dos papéis em mais de R\$ 79 milhões.

Na visão do Postalís, o banco americano foi “negligente e imprudente” no papel de administrador desse investimento. Como a Atlântica, então gestora do fundo, fechou as portas e seus donos sumiram do mapa, o Postalís quer que o New York Mellon pague

agora pelo prejuízo.

QUEIXA NO BC

Pressionados pelo desastre nas contas do Postalís, que acumula um déficit de R\$ 1,9 bilhão nos últimos dois anos, os diretores da entidade resolveram culpar o Mellon, que administra a maior parte de seus investimentos, por parte de seus prejuízos.

A **Folha** apurou que nesta sexta a entidade pediu também ao Banco Central a apuração de supostas irregularidades cometidas pelo Mellon na administração de 11 fundos de investimento, nos quais a fundação dos Correios aplicou R\$ 2 bilhões.

Na queixa feita ao BC, o Postalís acusa o banco de fazer investimentos fora das regras definidas em lei para os fundos de pensão — como

aplicações acima do teto permitido em papéis de bancos e investimentos fora do regulamento dos fundos.

INFLUÊNCIA POLÍTICA

Responsável pela poupança para a aposentadoria de 130 mil carteiros e funcionários dos Correios, o Postalís é o maior fundo de pensão do país em número de contribuintes. Tem patrimônio de R\$ 8 bilhões, mas vive sob ameaça de intervenção por causa da péssima situação de suas contas.

Os diretores do Postalís não quiseram se manifestar, mas profissionais contratados para assessorar a fundação atribuem os maus investimentos dos últimos anos a diretores de gestões anteriores, indicadas pelo PMDB.

Nos últimos dois anos, parte desses dirigentes foram substituídos — agora por alguns ligados ao PMDB e outros ao PT. Embora a influência política não tenha acabado, a tarefa da nova gestão agora seria tentar a redução do prejuízo para evitar uma intervenção.

De um ano para cá, a fundação tirou cerca de R\$ 700 milhões de investimentos considerados ruins e colocou o dinheiro em títulos do governo, mais seguros.

Mesmo assim, o passivo é grande, puxado por aplicações duvidosas como as que foram feitas nos bancos Cruzeiro do Sul e BVA ou na financeira Oboé, todos liquidados pelo BC.

Só em fundos que tinham na carteira empréstimos bichados do BVA, o Postalís tinha R\$ 350 milhões aplicados. E ninguém descarta que, com o tempo, novos esqueletos possam aparecer.

>OUTRO LADO<

Banco diz que responsabilidade é de gestores

DE SÃO PAULO

O Bank of New York Mellon vai recorrer da decisão.

“Esta decisão de investimento (o Brasil Sovereign II) foi feita pelo gestor do fundo de investimento escolhido pelo Postalís e não nos responsabilizamos pelas ações do Postalís e de terceiros sobre as quais não tivemos qualquer controle”, afirmou o banco, em nota.

O Mellon não se manifestou sobre a representação feita pelo Postalís ao BC, até o fechamento desta edição.

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria

decidirá se

Collor será

investigado

Documentos citam depósitos de R\$ 50 mil de doleiro para o senador

A praxe do STF é de sempre autorizar a abertura de inquéritos quando solicitados pelo procurador-geral

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki enviou para a Procuradoria-Geral da República, no início do mês de agosto, documentos da Justiça Federal do Paraná que citam depósitos do doleiro Alberto Youssef para o senador Fernando Collor (PTB-AL), no valor de R\$ 50 mil.

Com isso, o Ministério Público terá de dizer se quer abrir um inquérito para investigar o parlamentar.

No despacho do gabinete de Zavascki, também foi informado ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que no material da Justiça Federal do Paraná há "provas pertinentes ao possível envolvimento" do deputado federal Luiz Argôlo (SD-BA) "em parcelas dos crimes".

Não há prazo para o Ministério Público se manifestar. Na prática, a partir dos indícios ou provas que encontrar no material que recebeu, Janot terá de dizer a Teori se quer ou não a abertura de

uma investigação para apurar o envolvimento dos dois parlamentares com Youssef.

Caso opte pela investigação, Janot poderá pedir para ouvir envolvidos no caso e solicitar quebras de sigilos telefônicos, bancários e fiscais, por exemplo.

Caberá, então, a Teori aceitar ou não pedido. A praxe do STF, no entanto, é de sempre autorizar a abertura de inquéritos quando solicitados pelo procurador-geral.

ENVOLVIMENTO

Flagrado na operação Lava Jato da Polícia Federal, o doleiro Alberto Youssef está preso, acusado de comandar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões.

Em maio, quando os depósitos foram revelados, Collor negou conhecer o doleiro ou manter qualquer relacionamento, político ou profissional com ele.

Recentemente, uma contadora que trabalhou com Youssef disse ao Conselho de Ética da Câmara que o doleiro repassou dinheiro a Luiz Argôlo e outros. Argôlo nega participação em irregularidades. (SEVERINO MOTTA)

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

TRE deve convocar militares para garantir eleição nas favelas do Rio

Na Rocinha e na Cidade de Deus, o único candidato a governador a fazer campanha é Garotinho

Favelas com milícias só possuem placas de candidatos a deputado Domingos Brazão e Eduardo Cunha (PMDB)
DIANA BRITO
MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio deve decidir nesta segunda (25) pela convocação das Forças Armadas para garantir a segurança das eleições em favelas dominadas por traficantes ou milicianos.

O tema será votado em plenário pelos desembargadores e juízes do tribunal após análise do relatório a ser entregue, também na segunda, pelo secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame.

Oficialmente o tribunal não reconhece a existência de currais eleitorais, mas a **Folha** apurou que o número de denúncias que chegam à corte tem preocupado o presidente do TRE, o desembargador Bernardo Garcez.

Na sessão, o procurador Paulo Roberto Bérenguer defenderá a presença dos militares nas comunidades.

Com o documento, o secretário Beltrame pretende traçar um quadro do que vem acontecendo na campanha

eleitoral em morros e favelas do Rio, incluindo além da capital, a Baixada Fluminense e a região metropolitana.

Entre os policiais há consenso de que não existe uma proibição de uma facção criminosa contra um candidato específico em todas as comunidades do Rio. O que tem acontecido são situações isoladas em cada favela, com acordos com grupos criminosos ou líderes comunitários contratados por partidos.

Um dos casos é o candidato do governo em que Beltrame atua: o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB).

Pezão é vetado no Complexo do Alemão, na zona norte do Rio. Apesar de haver uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) no local, os traficantes do Comando Vermelho são contra seu nome naquela comunidade.

Todas as suas placas foram retiradas. Os galhardetes de candidatos a deputado estadual ou federal de sua coligação fixadas na comunidade têm o nome de Pezão riscado.

Em outras comunidades em que a mesma facção atua, como os morros do Borel ou a favela de Manguinhos, líderes comunitários fazem campanha para o candidato.

Pezão minimizou a ação desses grupos. "Sei que o tráfico e a milícia têm reagido à minha candidatura. Não deixo de ir a lugar nenhum, desde a nossa primeira eleição. Entrei em todos os lugares, como entrei aqui em fevereiro de 2007", afirmou Pezão.

A **Folha** visitou comunidades dominadas por traficantes e milicianos. Na Rocinha, zona sul, e na Cidade de Deus, zona oeste, o único candidato a governador a fazer campanha é Anthony Garotinho (PR). Moradores contam que ele se antecipou aos adversários e fechou acordos nas comunidades para espalhar a propaganda. Para isso, teria contratado dez cabos eleitorais por comunidade.

Em favelas com milícias, como Rio das Pedras, não há placas de candidatos a governador — só as de um candidato a deputado estadual (Domingos Brazão, do PMDB) e de dois para deputado federal (Eduardo Cunha, do PMDB, e Geiso do Castelo das Pedras, do Solidariedade).

Colaborou ADRIANO BARCELLOS

23 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria recorre contra absolvição de 4 policiais

PMs eram acusados de matar servente rendido

O promotor Felipe Zilberman entrou nesta sexta-feira (22) com um recurso contra a decisão que absolveu quatro policiais militares da acusação de matar um servente de pedreiro em 2012.

O julgamento terminou na noite de quinta-feira, por júri popular. O tenente Halstons Kay Yin Chen e os soldados Francisco Anderson Henrique, Marcelo de Oliveira Silva e Jaílson Pimentel de Almeida eram acusados de matar Paulo Batista do Nascimento, em Campo Limpo (zona sul de São Paulo).

O caso ganhou repercussão após a divulgação de uma gravação, feita por um morador da região, que mostra a vítima sendo cercada pelos policiais militares.

Para o promotor, a decisão contraria as provas colhidas pela investigação.

“Lamento a decisão. Os jurados ignoraram todos os elementos de prova que demonstraram de maneira inequívoca que houve uma execução”, afirmou o promotor.

“Paulo Batista do Nascimento foi executado com cinco tiros. Aquele que aparece nas filmagens é só um dos tiros. Ele foi alvejado mais vezes antes de ser deixado quase uma hora depois no hospital, já quase sem vida.”

O júri entendeu que um dos PMs agiu em legítima defesa e que os outros não tiveram envolvimento no crime.

O julgamento durou dois dias. Ao final, os quatro réus, que estavam presos desde a divulgação do vídeo, em novembro daquele ano, deixaram o fórum em liberdade.

No dia da morte do servente de pedreiro, os policiais disseram na delegacia que a vítima havia trocado tiros com uma equipe e que havia sido encontrado morto.

Posteriormente, Silva afirmou que o tiro foi acidental e ocorreu após ele tropeçar.

24 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Não é dos astros a culpa

SERGIO FERNANDO MORO

A corrupção não é monopólio de agremiações políticas ou de governos específicos, e combatê-la deve ser bandeira da esquerda e da direita

Em 17 de fevereiro de 1992, fui preso, na Itália, Mario Chiesa, diretor de instituição filantrópica e pública de Milão, dando início à Operação Mãos Limpas (“Mani Pulite”).

Após um mês, ele resolveu colaborar, alegando como âlibi o famoso “tutti rubiamo così”, ou “todos roubamos assim”.

Dois anos depois, 2.993 mandados de prisão haviam sido expedidos e 6.059 pessoas estavam sob investigação, entre elas políticos e agentes públicos.

A Itália estava mergulhada na corrupção, forjando o termo “Tangentopoli” —ou seja, “cidade da propina”, embora fosse mais apropriado “país da propina”.

Como resultado, houve grande alteração do panorama político, propiciando um novo começo democrático, com méritos e deméritos.

Há, infelizmente, semelhanças com o quadro atual brasileiro —e não apenas o de hoje.

A corrupção não tem cores partidárias. Não é monopólio de agremiações políticas ou de governos específicos. Combatê-la deve ser bandeira da esquerda e da direita. Embora existam políticos corruptos em qualquer agremiação, não há partido que defenda a corrupção.

Há a responsabilidade das leis, do Executivo e do Judiciário. Das primeiras, pela estruturação de processo penal por vezes infundável, com múltiplos recursos que impedem que ações penais cheguem ao fim. Do segundo, por se tornar refém da política partidária e não adotar postura firme contra a deterioração da vida pública. Do terceiro, pela excessiva leniência, com louváveis exceções, em relação a esse tipo de criminalidade.

É necessário alterar a situação. É preciso legislação penal que, garantidos os direitos do acusado, permita que os processos cheguem ao final. Do Poder Executivo, menos fechar de olhos.



Imprescindível também mudança de percepção dos juízes quanto aos males da corrupção. Se um terço do rigor contra os criminosos do tráfico de drogas fosse transferido para os processos de crimes de corrupção, haveria grande diferença. Em parte, o problema não é a lei, mas de percepção dos juízes.

Defendo, em concreto, que o rigor se imponha em casos de crimes graves de corrupção. Especificamente, presentes evidências claras de crimes de corrupção, não se deve permitir o apelo em liberdade do condenado, salvo se o produto do crime tiver sido integralmente recuperado. Não é antecipação da pena, mas reflexão razoável de que, se o condenado mantém escondida fortuna amealhada com o malfeito, o risco de fuga ou de nova ocultação do produto do crime é claro e atual.

É fácil apresentar projeto de lei a respeito e igualmente viável defender, mesmo sem lei, posição jurisprudencial nesse sentido. Gostaria de ver isso defendido pelos candidatos à Presidência da República ou, mesmo antes, no Congresso Nacional e nos tribunais.

Enfim, a corrupção não é um dado da natureza ou consequência dos trópicos, mas um produto de fraqueza institucional e cultural. Como Brutus bem sabe, não é dos astros a culpa.

SERGIO FERNANDO MORO, 42, é juiz federal e professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

24 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

O FAÇO-PORQUE-POSSO DO MAGNÍFICO REITOR

Entre abril de 2010 e fevereiro de 2011, Ricardo Veiralves, reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, manteve em seu gabinete Pedro Paulo Souza e Silva e Nilcea Pereira da Silva, funcionários da Câmara Municipal e filhos da deputada Benedita da Silva. Deu bolo. Desde maio, os três são réus junto à 1ª Vara da Fazenda Pública. Ouvidos pelo Ministério Público, não explicaram de forma convincente as funções que desempenharam na Uerj.

O repórter Cassio Bruno Gonçalves publicou duas reportagens sobre o caso. Buscou a voz da reitoria em pelo menos cinco ocasiões por telefone ou e-mails. Nunca teve resposta.

Na semana passada Veiralves encaminhou uma mensagem aos seus "caros amigos" tratando do assunto. Nela, em 539 palavras, dedica apenas 65 ao caso, reiterando que os dois servidores "cumpriram suas tarefas junto a uma comunidade popular da zona sul do Rio". A ver. O MP duvida, e a Justiça decidirá. Em seguida, lembra que a Uerj não gastou "nenhuma espécie de pecúnia". Certo. Eles receberam R\$ 140 mil da Câmara Municipal, uma subsidiária da Viúva que sustenta a Uerj. O magnífico reitor gastou a maior parte de seu texto condenando o Ministério Público, que move oito processos contra a Uerj, alguns deles meio girafas.

PAINEL DO LEITOR

Justiça

O artigo de Oscar Vilhena Vieira ("Efetividade da Justiça", "Cotidiano", 23/8) toca num ponto fundamental: o problema da Justiça não é só a morosidade, mas a falta de qualidade das decisões.

Qualquer profissional que milita no foro pode atestar a baixíssima qualidade das decisões, tanto de primeiro grau quanto de tribunais, que acabam contribuindo para a proliferação de recursos.

As metas numéricas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça deveriam ser acompanhadas de critérios qualitativos de avaliação, que estimulassem os magistrados a julgar com padrões aceitáveis de qualidade e, sobretudo, a apreciar os argumentos levantados pelos litigantes.

JIVAGO PETRUCCI (Atibaia, SP)

Disputa eleitoral

Propaganda gratuita, voto obrigatório, partidos e candidatos com propostas exóticas. Tudo isso é retrato do desinteresse pela política. O excesso de interessados apenas nos cargos demonstra que não temos qualidade.

As mazelas com as quais nos deparamos serão maiores em 2015, quando o eleito se verá diante de um cenário real para aumento das tarifas públicas, inflação e pouca esperança de desenvolvimento e de crescimento da indústria nacional.

YVETTE KFOURI ABRÃO (São Paulo, SP)

24 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Caso Abdelmassih endureceu regras da reprodução assistida

Anvisa criou novas regras para clínicas após escândalo

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

Agosto de 2001. O então médico Roger Abdelmassih declara que “vitaminava” óvulos de mulheres mais velhas com material genético de jovens para aumentar chances de gravidez.

Setembro de 2004. Abdelmassih afirma que praticava a “sexagem”, ou seja, transferia para o útero da mulher apenas os embriões do sexo que o casal deseja. O resto ia para o lixo. Chamava isso de “balanceamento familiar”.

Fevereiro de 2006. O ex-médico conta que recebia doações de óvulos de 30 universitárias, com idades entre 23 e 26 anos. Dizia que, em troca, oferecia um check-up.

As três situações acima foram descritas pela **Folha** em reportagens que denunciavam procedimentos vetados pelo código de ética médica. Roger Abdelmassih nunca foi punido por eles.

Foi preciso o escândalo dos abusos sexuais vir à tona em janeiro de 2009 para que a área da reprodução assistida passasse a ser mais

bem regulamentada.

Em 2010, o CFM (Conselho Federal de Medicina) atualizou, depois de 18 anos, as normas que regem os procedimentos reprodutivos.

Um ano depois, em 2011, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) criou novas regras de funcionamento das clínicas de reprodução assistida, que passaram a ter que informar o número de embriões congelados e a taxa de sucesso dos tratamentos, por exemplo.

O médico Adelino Amaral Silva, diretor brasileiro da Rede Latinoamericana de Reprodução Assistida e que foi consultor do CFM para a resolução sobre o tema, afirma que as mudanças não ocorreram em razão do escândalo. “Já vinham sendo pensadas, discutidas.”

Para ele, as normas éticas sempre foram claras e infrações são de responsabilidade dos profissionais. “Cada cabeça sua sentença.”

Já o médico Artur Dzik, diretor científico da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, entende que houve uma maior movimentação na

implantação de novas normas após o caso.

“Demorou para que olhassem para a área. Agora está bem regulamentada, mas falta fiscalização”, diz.

O Sistema Nacional de Produção de Embriões, criado pela Anvisa, é abastecido com informações fornecidas pelas clínicas. Não existe fiscalização ativa das vigilâncias sanitárias.

O último relatório da Anvisa, de março de 2014, aponta, por exemplo, que o país tem 93 centros de reprodução. Mas especialistas dizem que há ao menos 200.

Na opinião de Artur Dzik, atos criminais como os praticados por Abdelmassih fogem da esfera da regulamentação de normas. “Loucura não tem limite.”

De acordo com o médico José Gonçalves Franco Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida, o caso Abdelmassih compete à esfera policial e está encerrado.

“Foi triste, as pessoas só falam disso, mas não afetou a imagem da especialidade. Não há substituto do Roger.”

25 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Presos são decapitados em motim no PR

Rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel começou na manhã de domingo e pode ter outros mortos

Amotinados dizem ser do PCC e reclamam de más condições no presídio e de suposta agressividade dos agentes penitenciários

LUIZ CARLOS DA CRUZ

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE CASCAVEL

Pelo menos quatro presos foram assassinados, dois deles decapitados, em uma rebelião iniciada na manhã de domingo na Penitenciária Estadual de Cascavel (498 km de Curitiba), segundo policiais e a comissão de direitos humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Até a conclusão desta edição, o motim continuava. Havia ao menos três reféns – dois agentes penitenciários e um policial preso por tráfico.

Os presos amotinados, que dizem ser da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), passaram o domingo no telhado do presídio, de onde jogaram pelo menos quatro detentos. Eles reclamam de más condições e de agressividade dos agentes.

O advogado Jairo Ferreira Filho, do Sindarspen (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná), e o representante da OAB Amarildo Horvath dizem que pode haver mais mortos.

Ambulâncias saíram do local levando presos feridos. O número de vítimas, no entanto, não foi divulgado.

Segundo a Secretaria de Justiça, 60% do presídio está tomado pelos amotinados.

Horvath, que deixou a unidade prisional por volta das 17h após acompanhar as negociações, disse ter visto três mortos. “Os presos falam que há mais”, disse o advogado.

Segundo Ferreira, os rebeldes usaram a cabeça de um morto para torturar um agente penitenciário que é mantido refém. Eles encostam a cabeça no colo do agente, que está deitado no telhado. “Estão fazendo tortura psicológica”, disse Ferreira Filho.

A penitenciária tinha 1.040 detentos no presídio no momento da rebelião e nove agentes para fazer a segurança, de acordo com o sindicato dos funcionários.

De acordo com o capitão da Polícia Militar Cícero Tenório, pelo menos 36 presos que não participaram da rebelião foram transferidos na tarde deste domingo para a PIC (Penitenciária Industrial de Cascavel), que fica ao lado do presídio em rebelião.

Parentes dos presos fizeram uma manifestação e chegaram a bloquear a rodovia BR-277 por 40 minutos.

23 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ anula investigação sobre anexo do TC; MP vai recorrer

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná anulou anteontem a investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP) do Estado, por suspeita de irregularidades na obra do anexo do prédio do Tribunal de Contas (TC) do Paraná. O MP emitiu nota oficial ontem informando que vai recorrer da decisão.

A anulação considerou irregulares as escutas telefônicas obtidas pelo Gaeco no período de investigações, de acordo com o jornal Gazeta do Povo. O TJ não confirma a informação porque os autos correm em segredo de justiça. O coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, disse ontem que não havia tido acesso ao despacho.

Na nota, o Gaeco afirma que as investigações foram legítimas e as escutas, autorizadas pela Justiça. Também estranha a anulação de uma apuração que culminou "com a prisão em flagrante do diretor de coordenação do TC (Luiz Bernardo Dias) no momento em que recebia, como propina, o valor de R\$ 200 mil".

A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Criminal do TJ, composta pelos desembargadores José Carlos Dalacqua (presi-

dente), José Maurício Pinto de Almeida, Roberto de Vicente, Laerte Ferreira Gomes, Luís Carlos Xavier e o juiz substituto de segundo grau Roberto Antonio Massaro. A assessoria de imprensa do TJ não soube confirmar quais magistrados acompanharam a votação.

A apuração do Gaeco identificou suspeitas de fraude na licitação, aberta no fim do ano passado, para construção do anexo do prédio do TC, no valor máximo de R\$ 40,8 milhões. Seis empresas se candidataram, mas cinco acabaram desclassificadas por critérios diversos. Por eliminação, a Sial Engenharia venceu o certame oferecendo custo de R\$ 36 milhões.

Em junho deste ano, o Gaeco prendeu o coordenador do TC no momento em que recebia dinheiro do proprietário da Sial Engenharia, Ednilson Rossi. Outras cinco pessoas foram presas provisoriamente por suspeita de envolvimento, mas acabaram soltas. O nome do presidente do TC, Artágão de Mattos Leão, também é citado.

FOLHA DE LONDRINA

Presidente da Câmara de Foz é condenado por peculato

Edson Ferreira

Reportagem Local

O presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, José Carlos Neves da Silva (Pros), foi condenado a três anos de prisão por peculato – uso do cargo para desvio de dinheiro público. Conforme a sentença da 2ª Vara Criminal de Foz, publicada no último dia 14, Zé Carlos, como é conhecido o vereador, manteve um assessor parlamentar na legislatura anterior, Jair José Servo dos Santos, que não dava expediente na Casa. Santos também foi condenado a dois anos de prisão. Ambos, que eram filiados ao PMN à época, tiveram as penas revertidas em prestação de serviços e multa.

Na sentença, que atende ação criminal apresentada pelo Ministério Público (MP) do Paraná, a juíza Diele Denardin Zydek afirma que “restou claramente comprovada a ausência de trabalho, inclusive relatado pelo próprio réu e beneficiário da época”. Zé Carlos e Santos teriam se articulado para pagar as dívidas de campanha com o dinheiro referente à remuneração do cargo de assessor. Escreveu a magistrada que ficou “caracterizado, portanto, o peculato” contra a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

Também foi condenado na sentença o comerciante Arildo Arruda de Oliveira, por ter dado falso testemunho em depoimento no MP, quando teria afirmado que Jair trabalhava na Câmara. Oliveira teve pena de dois anos e quatro meses de prisão, também convertida em prestação de serviços.

23 AGO 2014

O presidente da Câmara atribuiu o caso a “articulação política de adversários”. “Vou recorrer”, resumiu Zé Carlos, antes de desligar o telefone. A reportagem não conseguiu contato com os demais réus nem com o Legislativo de Foz do Iguaçu.

23 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Caso Gafanhoto: Leônidas tem bens bloqueados

Para juiz, R\$ 432 mil teriam sido desviados dos cofres da Assembleia Legislativa através da nomeação de funcionários fantasmas ligados ao gabinete de Moysés Leônidas

Loriane Comeli

Reportagem Local

Envolverido no chamado "esquema gafanhoto" na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, o ex-deputado estadual Moysés Leônidas (1999-2002), que já foi vereador e secretário municipal em Londrina, teve os bens bloqueados pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Tiago Gagliano Pinto Alberto, em decisão proferida no último dia 12. O esquema, que começou a ser investigado em 2003, consistia no desvio de dinheiro da AL por meio de pagamento a funcionários fantasmas. Mais de 60 deputados e ex-deputados foram ou são investigados pelo suposto crime de peculato.

O pedido de indisponibilidade de bens foi feito em ação de ressarcimento do erário ajuizada no final de junho pelo promotor de Defesa do Patrimônio Público de Curitiba Paulo Ovídio dos Santos Lima, na qual pede o ressarcimento de R\$ 1,3 milhão (valor corrigido). Porém, o juiz entendeu que "em primeira análise os valores aparentemente desviados" se referem a oito pessoas e não à totalidade de supostos "fantasmas". O montante desvia-

do, no entendimento do magistrado, seria de R\$ 432,9 mil, valor bloqueado no patrimônio de Leônidas.

A reportagem não teve acesso à ação do Ministério Público (MP), mas, conforme a decisão do juiz, o MP não pediu condenação do ex-deputado por improbidade porque houve prescrição. Porém, o ressarcimento ao erário é imprescritível.

No caso de Leônidas, o "golpe dos fantasmas" se daria com o depósito da remuneração de 20 comissionados em duas contas correntes no banco Itaú – uma em nome do ex-deputado e outra em nome de uma agência de publicidade cujo sócio administrador era o então parlamentar. O dinheiro, segundo a sentença, iria diretamente para o político já que, de fato, os comissionados, não trabalhavam em seu gabinete.

Segundo o juiz, os indícios de desvio de dinheiro são contundentes em oito casos, conforme depoimentos prestados ao MP: três pessoas declararam nunca ter trabalhado na AL; a irmã de Leônidas disse que trabalhou cerca de 10 meses para o gabinete do ex-deputado em 2001, mas, neste período estaria moran-

do no Japão com o marido; o sobrinho do ex-deputado disse que recebeu da AL, mas, no mesmo período, teria trabalhado em duas operadoras telefônicas; outras duas pes-

*Salários de 20
comissionados eram
depositados em duas
contas correntes*

soas também disseram ter recebido, mas as atividades eram "aparentemente estranhas ao cargo de assessor"; uma última funcionária afirmou trabalhar para o então deputado em época de campanha eleitoral, porém, nunca realizou "qualquer atividade vinculada à Assembleia".

Outras 12 pessoas se tornaram "fantasmas" no gabinete de Leônidas, segundo o MP, porém, para o juiz "ainda que depósitos referentes à remuneração tenham sido efetivados nas contas correntes indicadas nos autos, faltam elementos para vislumbrar, neste momento inicial, o desvio de verba a justificar indisponibilidade de valores".

CONTINUA

23 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Entre os doze, há pelo menos duas pessoas que já ocuparam cargos públicos: o ex-vereador Rubens Canizares e Alysson Tobias Lemos de Carvalho, ex-diretor da Sercomtel durante o mandato do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT). Carvalho esteve preso por supostamente integrar quadrilha para comprar votos de vereadores e evitar a abertura de Comissão Processante contra Barbosa.

Moysés Leônidas, que não ocupou cargos públicos após 2003, negou irregularidades. "Na minha ótica, não tinha absolutamente nada errado. Mas, se eventualmente a Justiça entender que houve algo errado, eu vou responder. Tenho patrimônio suficiente. Não vou lesar o Estado." Ele disse que foi intimado ontem

so ira... O ex-deputado atua hoje como advogado e empresário em Londrina.

23 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Revisão

Câmara criminal do Tribunal de Justiça considerou ilegal a gravação que levou o Gaeco a flagrar o empresário ganhador da licitação do Anexo do TC, Edenilso Rossi, dando R\$ 200 mil ao coordenador da concorrência. Como é que o ato soberano do juiz que autorizou a receptação telefônica poderia ser nulo?

Todo fundamento da ação de um magistrado, de primeiro ou segundo grau, deve lastrear-se no "livre convencimento". Como a segunda instância viu falha nessa decisão, embora a força imagética e documental da entrega da grana, ao Gaeco só resta, para a defesa de suas prerrogativas, analisar os fundamentos alegados para ir ao STJ em recurso.

Se o fizer certamente mexerá com o clima de concórdia da praça nas relações intrapoderes que tornam impossível qualquer sanção que não seja de origem externa como polícia e justiça federais, Tribunal de Contas da União, STF e Conselho Nacional de Justiça. Aqui em Curitiba, ao contrário de Londrina, em que cassaram prefeitos, o Derosso pintou por quinze anos presidindo a Câmara e só foi apanhado na história dos gastos com propaganda entre ele e a esposa, aliás beneficiária da operação. Como os mesmos 15 anos demoraram uma ação do MP estadual contra os radares da Urbs que dormia nas gavetas do TJ submetido, obviamente, a romarias de políticos durante todo o tempo até ser resolvida há alguns anos.

Sem metrô?

Depois do vexame do flagrante pelo Gaeco, o Tribunal de Contas deu algumas mostras de autonomia institucional como no choque com Assembleia e prefeitos ao referir-se aos chunchos municipais e estaduais como a quebra de respeito com gastos de pessoal e deficiência nas inversões em saúde. Agora cancelou a licitação do metrô, que vinha sendo contestada na área técnica por urbanistas e órgãos como o Crea e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e um parecer de Ivan Bonilha fulminou o fato de estar sendo providenciada uma pesquisa de origem e destino dos fluxos dos usuários na Região Metropolitana, que pode aliás confirmar a absoluta dispensa do aparato. Pode-se insinuar que Bonilha foi nomeado por Beto Richa e com isso estaria retaliando quem o abateu nas urnas, Gustavo Fruet. Bonilha, quando assessor de Nestor Baptista no TC, havia dito que os agentes da Urbs (aliás os mesmos da Diretran) não poderiam deter o poder de polícia por não disporem de fé pública e terem sido nomeados sem concurso e à base de precária credenciação. Imaginem se tal princípio fosse vitorioso o carnaval judicial que haveria com as multas.

23 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Eleição simulada hoje em Londrina

Hoje, entre 13h e 17 horas, a Justiça Eleitoral realiza o simulado da votação biométrica em Londrina e Tamarana. Podem participar cerca de 5,5 mil eleitores convidados, inscritos em 15 seções, distribuídas entre as sete zonas eleitorais da região. Embora a presença não seja obrigatória, o teste servirá para eventuais correções no sistema biométrico, que identifica o cidadão pela impressão digital. A Justiça Eleitoral também quer apurar o tempo de cada voto. O eleitor deve portar documento original com foto e título. Para conferir o local de votação, basta acessar o site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná: www.tre-pr.jus.br. Os telefones do Fórum Eleitoral de Londrina, para mais informações entre 13h e 17 horas, são (43) 3342-2502 e 3342-1870.

CLAUDIO HUMBERTO

Vaga de Joaquim

Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB) haviam concordado, numa conversa, que em caso de vitória de um deles, pediriam a Dilma para não indicar o substituto de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. Após a eleição, restarão dois meses para o fim do governo.

FOLHA DE LONDRINA 24 AGO 2014

Eleições vão custar R\$ 27 milhões no Paraná



Para o presidente do TRE, Edson Vidal Pinto, a eleição no Paraná é uma das mais baratas do País

**Voto de cada um dos 7.865.949
eleitores do Estado valerá
R\$ 1,71 por turno de votação**

Loriane Comeli
Reportagem Local

As eleições gerais de 5 de outubro no Paraná vão custar R\$ 27 milhões, incluindo eventual segundo turno, afirmou ontem o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Edson Vidal Pinto, em entrevista coletiva em Londrina. Isso significa que o voto de cada um dos 7.865.949 eleitores do Estado vai custar R\$ 1,71 por turno de votação.

Vidal Pinto disse que no cálculo estão incluídos gastos com aquisição e manutenção de urnas, transporte, correios, mesários, alimentação e “tudo o que envolve a eleição”. “Ainda assim é uma das eleições mais baratas entre todos os estados do País, o que se deve a vários fatores, como, por exemplo, a facilidade do transporte e

pouca distância entre os locais de votação”, declarou. Nas últimas eleições, o custo foi de R\$ 24 milhões, informou a assessora de comunicação do TRE.

Em razão do “alto custo”, disse o desembargador, “os eleitores devem exercer seu direito de voto com consciência”. “O custo é alto e o voto tem que ser consciente. Não dá para se omitir, deixando de votar, votando em branco ou anulando seu voto. Isso é um desserviço ao País e à democracia”, opinou.

O presidente do TRE também fez uma avaliação sobre “exageros” cometidos pelos candidatos durante a campanha. Disse que entre sete e oito representações têm sido protocoladas por dia no TRE com objetivo de coibir

possíveis abusos. “Não é um número muito elevado já que ainda estamos no início do processo. Por enquanto, não estamos vendo nenhum exagero acentuado. São mais troca de palavras entre os candidatos”, avaliou.

O desembargador comentou ainda sobre o número de impugnações de candidatos no Estado: o TRE indeferiu o registro de 131 candidaturas, o que corresponde a pouco mais de 10% dos inscritos. Para ele, alguns partidos ainda estão desorganizados e lançam candidatos sem condições de concorrer e outros, algumas vezes, ignoram a situação. “Pode até ser uma surpresa para o partido a impugnação de determinado candidato.”

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

**1,1 mil se inscreveram
para voto em trânsito**

24 AGO 2014

A Justiça Eleitoral de Londrina confirmou os números finais do voto em trânsito na cidade, que pela primeira vez terá o serviço. O período para habilitação se encerrou na quinta-feira. Segundo o chefe do cartório da 42ª zona eleitoral, Dorivaldo Rodrigues, foram 589 pedidos para a votação no primeiro turno (dia 5 de outubro) e 548 para um eventual segundo turno (26 de outubro). Ele informou que a maior parte dos eleitores está inscrita para os dois turnos. "Devem ser confirmadas duas seções para o voto em trânsito no Colégio Vicente Rijo, então será importante o eleitor chegar sabendo exatamente em qual vai votar para não perder tempo", lembrou Rodrigues.

Voto em trânsito no País

Em todo o País, 84,4 mil eleitores solicitaram à Justiça Eleitoral habilitação para votar em trânsito no primeiro turno e 79,5 mil para um eventual segundo turno. A modalidade, que só permite o voto para presidente e vice-presidente da República, possibilita que o eleitor que esteja fora do seu domicílio eleitoral vote em outro local, mesmo sem ter solicitado a transferência do título.

Mais de 200 mil eleitores

Na última eleição presidencial só podia votar em trânsito quem, no dia do pleito, estivesse numa das capitais do País. Em 2014, além das capitais, também poderá votar fora de seu domicílio eleitoral quem, na data do pleito, estiver em algum município com mais de 200 mil eleitores, o que totaliza 92 cidades brasileiras.

CLAUDIO HUMBERTO

O derradeiro

O tucano Aécio Neves admitiu indicar um nordestino para o Supremo, na vaga de Joaquim Barbosa, caso vença a eleição e o substituto não tenha sido escolhido. O PT nomeou cariocas, paulistas e gaúchos e apenas um nordestino, já aposentado: o sergipano Carlos Ayres Britto.

FOLHA DE LONDRINA

PAINEL IMOBILIÁRIO

24 AGO 2014

Consequências legais da viuvez de união estável

Alguém convive com outrem, por anos, sem impedimentos e como se casado estivesse. Ambos geram filhos e formam um patrimônio. Um deles falece, mas, em momento algum se celebrou contrato de convivência para reconhecimento desta união. Como deve ser vista esta situação? Esta pessoa é meeira ou herdeira? E a sua posição em relação aos filhos?

O art. 226, § 3º, da Constituição Federal, determina: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento".

Para fins do Direito Sucessório, o Código Civil dispõe, em seu art. 1790, I a IV, com destaque para o inciso I: "A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes: I - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;"

Assim, todos aqueles bens adquiridos com esforço comum, durante a união estável, são bens comuns, sendo o convivente meeiro, para todos os efeitos legais. Bens anteriores à união estável, de propriedade do convivente falecido, não poderão ser partilhados.

O direito do convivente sobrevivente não se estanca aí. Além da meação, também concorre com filhos comuns quando terá direito a uma quota equivalente a que eles receberão.

Assim, havendo dois filhos, o convivente será meeiro (terá 50% dos bens comuns) e receberá mais 1/3 sobre a outra metade, em igualdade de condições com os filhos comuns.

Como será efetuada esta partilha? É necessária decisão judicial a respeito?

É possível que seja reconhecida a união estável, na própria escritura de inventário e partilha como nos próprios autos do inventário e partilha judiciais.

O art. 19, da Resolução 35, do Conselho Nacional da Justiça – CNJ prevê: "A meação de companheiro(a) pode ser reconhecida na escritura pública, desde que todos os herdeiros e interessados na herança, absolutamente capazes, estejam de acordo".

Cabe lembrar, ainda, que o convivente sobrevivente tem direito ao direito real de habitação em relação à residência familiar, observado no Parágrafo Único, do art. 7º, da Lei 9.276, de 10.05.1996: "Dissolvida a união estável por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família".

“

A meação de companheiro(a) pode ser reconhecida na escritura pública, desde que todos os herdeiros e interessados na herança estejam de acordo”

ANA LÚCIA ARRUDA DOS SANTOS SILVEIRA é advogada, membro da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB Londrina

23 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Operação Lava Jato. Na iminência de sofrer uma série de condenações em razão de seus negócios com o doleiro Alberto Youssef e de um 'acréscimo patrimonial' verificado durante sua passagem pela estatal, Paulo Roberto Costa diz que aceita fazer delação premiada

Ex-diretor da Petrobrás decide falar o que sabe em troca de perdão judicial

*Fausto Macedo
Andreza Matais / BRASÍLIA*

O ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, decidiu fazer delação premiada. Acusado, na iminência de sofrer uma sucessão de condenações como réu da Operação Lava Jato, Costa considera que não tem a menor chance de sair da prisão tão cedo. Ele quer preservar seus familiares, que também se tornaram alvos da Lava Jato.

Horas antes de Costa se decidir por falar o que sabe de corrupção em negócios da Petrobrás, a Polícia Federal deflagrou a quinta fase da Lava Jato e vasculhou os endereços de 13 empresas de consultoria, gestão e assessoria todas situadas no Rio e ligadas a uma filha, Ariana Azevedo Costa Bachmann, a um genro Humberto Sampaio Mesquita, e a um amigo dele, Marcelo Barboza.

As buscas foram realizadas a pedido da Procuradoria da República, que apontou "vertiginoso acréscimo patrimonial"

das empresas no período em que Costa foi diretor da Petrobrás (2004/2012). Após sua saída da estatal, verificou-se "decréscimo de receita" no caixa dessas empresas.

Ele não fez ainda nenhum depoimento. Nem o acordo foi assinado. Se falar o que sabe muitos políticos poderão ser incriminados. No período em que atuou na Petrobrás, manteve contatos com parlamentares, empreiteiros e também com o doleiro Alberto Youssef, mentor da Lava Jato, segundo a PF.

Preso na sede da Superintendência Regional da PF em Curitiba (PR), ele se reuniu ontem com a advogada criminalista Beatriz Catta Preta. Na advocacia desde 1997, Beatriz é especialista na condução de delações premiadas.

A advogada já participou com êxito de pelo menos oito procedimentos dessa natureza. Em troca de informações à Justiça, os acusados por ela defendidos alcançaram o perdão ou significativa redução de pena. O caso mais célebre foi o da delação do investidor Lúcio Bolonha Funaro, durante o processo do mensalão federal.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 AGO 2014

Em nota, a criminalista observou. “Assumi o caso (*de Paulo Roberto Costa*) hoje (*ontem*). O acordo é um dos caminhos possíveis por ser meio de defesa previsto em lei. Vou me inteirar e analisar todas as possibilidades.”

Crivo. O acordo precisa ser submetido ao crivo do Ministério Público Federal e homologado pela Justiça Federal. Força tarefa composta de seis procuradores, todos com ampla experiência em investigações sobre crimes financeiros, vai analisar o que Costa tem a oferecer e se isso justifica concessões. O ajuste traz as condições, inclusive o benefício que o acusado poderá receber. Celebrado o termo, o juiz homologa e aí começa a fase dos depoimentos.

Costa é réu em duas ações criminais conduzidas pelo juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal no Paraná. Ele é acusado por lavagem de dinheiro desviado da Petrobrás e por suposta destruição de documentos. Outras ações deverão ser abertas. Se fizer delação pode neutralizar os efeitos de novas acusações.

Há algum tempo, ele vinha avaliando a possibilidade da delação. Mas ainda apostava em possível “virada de jogo” no Supremo Tribunal Federal, onde foi protocolada uma reclamação formal, por meio da qual seus antigos defensores sustentam que a competência para o caso é da Justiça Federal em São Paulo. O argumento é que as empresas citadas por lavagem ficam em São Paulo. Não deu certo.

Pesou na decisão de Costa o alerta de pessoas próximas de que poderá passar mais tempo atrás das grades que o operador do mensalão, Marcos Valério, condenado a 40 anos de prisão.

● Patrimônio

“Há uma grande série de coincidências implausíveis, como serem os pagadores de tais empresas, coincidentemente, empresas sob influência de Paulo Roberto, e terem os sócios vertiginoso acréscimo patrimonial, havendo decréscimo de receita após a saída de Paulo Roberto da Petrobrás”

Ministério Público Federal

23 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STF autoriza investigação contra Collor

Ricardo Brito / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal abriu inquérito para investigar o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) pelos depósitos que teria recebido do doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal. A apuração contra Collor, determinada pelo ministro do Supremo Teori Zavascki, ocorre quatro meses depois de ele ser absolvido na Corte da última ação a que respondia em razão das acusações que o levaram ao impeachment, em 1992.

A Justiça Federal do Paraná foi o órgão que solicitou ao Supremo Tribunal Federal pedido de abertura do inquérito para apurar o caso. O questionamento foi remetido ao STF porque Collor, como senador, tem direito a foro privilegiado.

Em maio, veio a público que o ex-presidente foi beneficiário de oito depósitos em sua conta pessoal no valor de R\$ 50 mil. Os comprovantes das operações foram encontrados na casa de Alberto Youssef, numa busca e operação feitas pela Polícia Federal.

No dia 26 de maio, na tribuna do Senado, Collor negou ter qualquer relação com o doleiro. “Posso afirmar de forma e de modo categórico que não o conheço e jamais mantive com ele qualquer relacionamento pessoal ou político”, afirmou. No pronunciamento de 18 minutos, ele não negou ter recebido os depósitos de Youssef, assim como não esclareceu os motivos do recebimento do dinheiro na sua conta.

Collor, candidato à reeleição no Senado, afirmou, em seu programa eleitoral na televisão de anteontem, que foi vítima de um “golpe parlamentar” que lhe tirou da Presidência da República em 1992.

SONIA RACY

Haja toga

O Supremo baixa em Sampa. Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki e Cármen Lúcia discutem a própria casa. Segunda-feira, na Associação dos Advogados de São Paulo.

23 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-médico foi condenado por troca de sêmen

Um mês antes de sua condenação por estupro, tentativa de estupro ou atentado ao pudor contra 37 mulheres, o ex-médico Roger Abdelmassih foi condenado pela Justiça a pagar indenização de R\$ 500 mil a um casal de irmãos, por eles terem sido gerados por sêmen que não era do pai que os criou.

O processo, divulgado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, refere-se a um tratamento médico ocorrido em 1994, quando um casal procurou a clínica de Abdelmassih, nos Jardins, zona sul da capital, para conseguir ter filhos. A mulher do casal deu à luz gêmeos. Mais tarde, os filhos descobriram que eram filhos biológicos da mãe, mas não do pai, e decidiram processar a clínica. A identidade do pai biológico ainda é desconhecida. O processo contra Abdelmassih correu em segredo de Justiça.

O casal de irmãos entrou com a ação em 2010 e pedia R\$ 4 milhões em indenização. A Justiça concedeu R\$ 250 mil para cada um dos irmãos. A reportagem deixou recados no escritório do advogado Flávio Yarshell, que defendeu Abdelmassih nesse processo, mas ele não retornou para comentar o caso.

Manipulação. O médico é alvo de mais ações pedindo indenização por atuações parecidas. Há quatro inquéritos na Polícia Civil investigando acusações de manipulação genética praticadas pelo médico – a suspeita é de que ele comercializava óvulos e sêmen de seus clientes sem autorização, além de usar material de terceiros para aumentar o índice de fertilização de sua clínica.

Uma das vítimas do médico, a artista plástica Silvia Franco afirma que óvulos dela foram coletados pelo médico e terminaram inseridos em outras mulheres – sem consentimento nem dela nem das demais pacientes.

Além da condenação que resultou na pena que está sendo cumprida agora, de 278 anos, Abdelmassih deve ser denunciado à Justiça por outros 26 casos de estupro, que fazem parte de inquéritos reunidos na 1.ª Delegacia de Defesa da Mulher. A pena do médico, decidida em julgamento de 2010, ainda pode ser revista, porque tanto o Ministério Público Estadual quanto o advogado dele entraram com recursos contra a sentença, que ainda serão apreciados pelo Tribunal de Justiça.

23 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça bloqueia contas do BNY no caso Postalís

Josefete Goulart

A Justiça do Rio de Janeiro determinou o bloqueio de R\$ 197,8 milhões das contas do banco BNY Mellon e de Fabrício Dulcetti Neves, que foi proprietário da gestora Atlântica. O dinheiro está sendo bloqueado a pedido do fundo de pensão dos Correios (Postalís), que é dono do fundo de investimento em títulos no exterior chamado Sovereign, que teve perdas reportadas neste mesmo montante no início do mês.

O Postalís acusa o BNY e Neves de terem sido os responsáveis pelas perdas do fundo. O banco, que era o administrador, porque não teria feito seu papel que era o de fiscalizar o que o gestor estava fazendo no fundo. E Neves, o gestor, porque teria sido responsável por fazer aplicações em títulos que não estavam no escopo do investimento. Segundo apurações feitas pelos órgãos reguladores do Brasil e dos Estados Unidos, há indícios de fraudes na gestão envolvendo, segundo a comissão americana, alguns gestores do Postalís.

O BNY se defende dizendo que cumpriu seu papel, que seria o de fiscalizar a gestão e reportar tanto ao cotista quanto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o descumprimento do prospecto do fundo. Esse prospecto, que é uma espécie de regulamento, determinava que o gestor poderia aplicar 80% em títulos da dívida brasileira e o restante em outros títulos de crédito. Mas Neves, então dono da Atlântica, não cumpriu esses pré-requisitos e aplicou em papéis da dívida Argentina e da Venezuela.

As perdas, que representam metade do patrimônio total do fundo, foram anunciadas em agosto em fato relevante divulgado pelo BNY, que ainda é administrador. Teriam acontecido por fraudes e perdas registradas com o calote da dívida argentina. De acordo com a decisão da juíza Carla Faria Bouzo, da 29ª Vara Cível, o bloqueio se justifica pelo risco de o BNY encerrar suas atividades no Brasil, a exemplo do que fez a Atlântica, "que se mostrava idônea e sólida perante o mercado". O BNY tem hoje mais de R\$ 130 bilhões em ativos administrados no Brasil. O banco informou que vai recorrer da ordem de bloqueio. Neves não foi encontrado para comentar.

24 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Crime. Desde 2009, quando veio à tona o caso Roger Abdelmassih, 61 profissionais perderam o direito de exercer a medicina; do total, 27 foram condenados por abuso sexual.

No Estado de São Paulo, entre 2008 e o ano passado, foram 286 denúncias do tipo

44% das cassações de registro de médico em SP são por assédio sexual a paciente

Fabiana Cambricoli

O assédio sexual contra pacientes foi responsável por 44% das cassações de registros profissionais de médicos ocorridas no País desde 2009, conforme dados inéditos do Conselho Federal de Medicina (CFM) obtidos pelo Estado. De 2009 até julho deste ano, 61 médicos brasileiros perderam em definitivo o direito de trabalhar após serem julgados culpados pelo conselho por algum delito ético. Em 27 dos casos, mostram os registros, o motivo da cassação foi assédio sexual.

O recorde de cassações por este motivo aconteceu em 2011, mesmo ano em que Roger Abdelmassih perdeu o registro após ter sido considerado culpado pelo CFM nas investigações de violência sexual contra pacientes de sua clínica de reprodução assistida. Além de ser impedido de exercer a medicina, ele foi condenado pela Justiça a 278 anos de prisão por 48 estupro contra 37 pacientes.

Naquele ano, das 13 cassações referendadas pelo CFM, dez estavam relacionadas com

• **Queixas**
3.500

denúncias são feitas ao Cremesp por ano contra médicos atuantes no Estado de São Paulo. Apenas 1% a 2% delas são referentes a casos de assédio sexual praticado por esses profissionais.

denúncias de assédio sexual, o que representa 77% do total.

Nos outros anos, os casos de abuso foram responsáveis por, no máximo, 58% das cassações. No ano anterior ao recorde, 2010, apenas quatro médicos tiveram seu registro cassado, nenhum por assédio.

Segundo Roberto Luiz d'Avila, presidente do CFM, embora não haja um estudo que comprove a relação do caso Abdelmassih com o aumento de denúncias, a ampla divulgação da história pode ter estimulado vítimas de outros médicos a procurar os conselhos de classe para denunciar o delito.

“Ao verem a possibilidade de justiça (com a punição de Abdelmassih), as pessoas que vivenciaram essas situações e não viam, até aquele momento, perspectiva de buscar a punição dos culpados podem ter to-

mado coragem para ir até a polícia, ao Conselho de Medicina ou até dividir seu trauma com um amigo, que, por sua vez, dá o apoio para que ela rompa seu silêncio”, afirma.

São Paulo. No Estado de São Paulo, o caso Abdelmassih também teve reflexo no número de denúncias de assédio sexual.

Em 2009, quando os primeiros relatos de pacientes vieram a público, o Conselho Regional de Medicina do Estado (Cremesp) recebeu 82 denúncias do tipo, mais do que o dobro do registrado no ano anterior.

Entre 2008 e 2013, foram 286 denúncias de assédio praticado por médicos em São Paulo. Desse total, 114 viraram processos éticos até agora, abertos quando o conselho constata que há, de fato, indícios do delito. As especialidades que registram o maior número de queixas de assédio são ginecologia, psiquiatria e clínica geral.

CONTINUA

24 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Nem todas as denúncias se transformam em processos éticos profissionais. Já identificamos uma minoria de situações em que o paciente quer extorquir o médico ou faz a denúncia por vingança”, diz Maria do Patrocínio Tenório Nunes, coordenadora da Comissão Técnica de Assédio do Cremesp, criada em 2007.

Até agora, 14 processos já foram julgados e em 11 casos o profissional foi considerado culpado. Os demais procedimentos estão em apuração – o Cremesp tem cinco anos para julgar o processo e, quando a pena aplicada é a cassação, a decisão precisa ser referendada pelo CFM.

Para Maria do Patrocínio, é importante que qualquer caso de assédio seja comunicado aos conselhos regionais. “A medicina é uma profissão que depende da confiabilidade e da lealdade. Aqueles que não têm condições de exercê-la devem ser removidos. É nosso dever avaliar isso”, afirma ela

PONTOS-CHAVE

Com 278 anos de pena, fuga para o Paraguai

● Escândalo

O Ministério Público Estadual abre, em 2009, investigação para apurar denúncias de assédio sexual contra o especialista em fertilização Roger Abdelmassih.

● Condenação

Em novembro/2010, é condenado a 278 anos, mas fica livre. Em janeiro/2011, tem a prisão decretada e foge do País.

● Captura

Após mais de 3 anos foragido, Abdelmassih é preso no Paraguai, na terça, e vai para a Penitenciária de Tremembé, em SP.

CONTINUA

'O meu sonho estava nas mãos dele e ele se aproveitava disso'

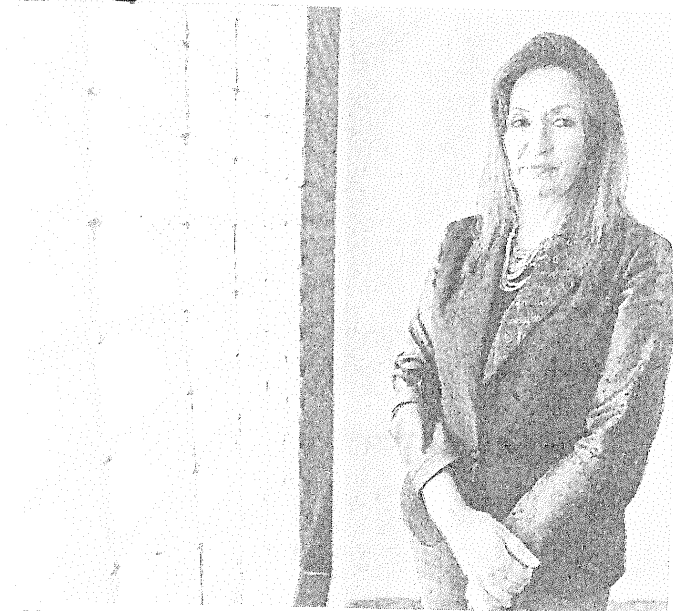
Vítimas revelam motivos que as fizeram desistir das denúncias; algumas relatam ameaças feitas por Abdelmassih

Embora a divulgação de casos como o de Roger Abdelmassih possa estimular outras vítimas de abuso sexual a denunciar o assédio sofrido, muitos desses crimes provavelmente nunca serão conhecidos. Por medo, vergonha ou receio da reação da família, muitas mulheres que foram violentadas deixam de procurar a polícia ou os conselhos de medicina para relatar o fato.

No caso da funcionária pública Mônica Costa, o receio não era apenas da reação do marido ou da família, como muitas vítimas contam. Ex-paciente de Abdelmassih, ela diz ter-se calado porque o então especialista em reprodução assistida tinha em suas mãos o maior sonho da vida de Mônica.

"Eu tinha problemas para engravidar, já tinha sofrido abortos e aquela era a minha última tentativa do pacote de três que eu e meu marido tínhamos fechado com a clínica dele. Pouco antes da terceira fertilização, o doutor Roger me ligou, pedindo que eu fosse ao consultório porque queria conversar sobre os embriões. Quando cheguei, ele trancou a porta e me atacou. Tentou me beijar, disse que queria me raptar. Consegui fugir. Só que não tive coragem de denunciar. Os embriões ainda estavam com ele. O meu sonho estava nas mãos dele e ele se aproveitava disso", diz ela.

Na época, em 1995, ela continuou o tratamento, mas nunca mais foi até a clínica sem o marido. A terceira tentativa de fertilização não deu certo e, mais tarde, a funcionária pública descobriu que, além de ter sido vítima de assédio, foi prejudicada por um erro na conduta profissional do ex-médico. "Fui a outro especialista e descobri que ti-



Vanusia Leite. Suporte para mais pessoas denunciarem

● Fragilidade

"Quem busca tratamento para engravidar já está fragilizada. Ele se aproveitava da sua fragilidade. Se pensasse em denunciá-lo, ele usaria isso contra você. Ia dizer que você estava nervosa, sensível, que era remédio"

Mônica Costa

EX-PACIENTE

na endometriose, o que torna praticamente impossível a gravidez. Ele fez as três fertilizações mesmo assim", conta.

Presidente da associação de vítimas, Teresa Cordioli, de 63 anos, diz que também se sentiu de mãos atadas ao ser violentada pelo médico. "Enquanto ele estava me violentando, eu estava com cateteres nos dois braços num pronto-socorro. Se eu gritasse, ele poderia colocar qualquer remédio na minha veia e me matar. Se eu contasse para alguém depois de sair de lá, ele disse que viria atrás de mim. Como médico, ele tinha controle sobre a minha vida", diz ela, que foi estuprada na década de 1970, quando Abdelmassih ain-

da era residente em um hospital de Campinas.

Apoio. Uma das primeiras mulheres a denunciar o assédio de Abdelmassih à polícia e ao Cremesp, a estilista Vanusia Leite Lopes, de 54 anos, afirma que a atuação da associação de vítimas neste caso poderá dar suporte a outras mulheres que queiram denunciar abusos sexuais. "Na página do Facebook que criamos para receber denúncias sobre o paradeiro de Abdelmassih, já estamos recebendo também acusações de abuso cometidos por outro médico, por um padre. Quebramos um paradigma. Eles acham que nunca vão ser pegos, mas um dia isso acontece", afirma.

Com a prisão de Abdelmassih nesta semana, Mônica decidiu se unir à associação de vítimas e formalizar mais uma denúncia contra o ex-médico. Nesta semana, ela vai procurar a Delegacia da Mulher e o Conselho de Medicina para registrar a ocorrência. "Estava desacreditada, mas agora vejo que a Justiça pode ser feita. Decidi fazer a denúncia para colaborar, para que ele não saia da cadeia nunca mais", diz. /F.C.

24 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

**Caras
e bocas**

Lembrei que **cobra** é atraída
pelo movimento. Então, fiquei estática,
silenciosa, mal respirando, tremendo.

Meu corpo doía

MIRIAM LEITÃO, jornalista, revelando como foi torturada na Justiça Militar,
nos anos 1970. Grávida e nua, ela foi trancada num quarto com uma cobra

25 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Candidatos a governos têm 327 processos

Dos 165 interessados em comandar o Executivo de 26 Estados e do DF, 63 são alvo de ações na Justiça ou em Tribunais de Contas

*Daniel Bramatti
Valmar Hupsel
Ricardo Brandt*

Quatro em cada dez candidatos a governador em todo o País são alvo de processos na Justiça ou em Tribunais de Contas. No total, 63 participantes das corridas eleitorais nos Estados responderam por 327 ocorrências, sendo que 46 já foram condenados – 10 deles em Tribunais de Justiça, por improbidade administrativa e outras irregularidades.

Os números foram levantados pelo projeto Quem Quer Virar Excelência, da Transparência Brasil. A organização, cuja principal bandeira é o combate à corrupção, pesquisou em mais de 120 fontes ocorrências na Justiça de todos os candidatos à Presidência e aos governos estaduais. O “pente-fino” atingiu ainda todos os que concorrem a uma vaga no Senado e na Câmara dos Deputados pelo Paraná. Os dados estão publicados no site da entidade.

Dos processados, mais da metade (36) respondem na Justiça por irregularidades referentes ao exercício de função pública. São 249 os processos que se enquadram nessa caracterização, dos quais 170 por improbidade administrativa e/ou dano ao erário.

Na definição legal, atos de improbidade administrativa envolvem condutas consideradas inadequadas ao exercício da função pública e podem ser alvo de punição se houver enriquecimento ilícito, lesão ao erário ou violação aos princípios da administração pública.

Regras. Os processados não estão, necessariamente, envolvidos em irregularidades – eles podem ser declarados inocentes na etapa do julgamento. Mesmo os condenados, por razões diversas, escapam de restrições impostas na Lei da Ficha Limpa – tecnicamente, portanto, não podem ser considerados “fichas sujas”.

Uma exceção é o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda (PR). Ele foi declarado “ficha suja” pelo Tribunal Regional Eleitoral, mas sua defesa recorreu e aguarda julgamento em segunda instância.

Arruda é um dos quatro candidatos a governador que já ocuparam o cargo no passado e foram cassados. Ele perdeu o mandato por infidelidade partidária, em um desdobramento do escândalo em que se envolveu ao ser filmado recebendo dinheiro, no caso que ficou conhecido como “Mensalão do DEM”, legenda na qual se abrigava, na época.

Cassio Cunha Lima (PSDB), que tenta voltar a comandar o governo da Paraíba, foi cassado quando ocupava o cargo, em 2009. Ele foi acusado de comprar votos ao distribuir cheques à população como parte de um suposto programa assistencial.

Mão Santa (PSC), candidato no Piauí, foi cassado em 2001, acusado de abuso de poder econômico. O quarto cassado é Marcelo Miranda (PMDB), candidato em Tocantins, que perdeu o cargo de governador em 2009 por compra de votos e abuso de poder econômico. Todos os quatro são alvo de outros processos na Justiça.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO OS PROCESSADOS

25 AGO 2014

Em Tribunais de Justiça

TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE CASOS	CANDIDATOS PROCESSADOS
Improbidade administrativa	116	23
Ressarcimento de dano ao erário	54	1
Ação civil pública	14	8
Penal	11	2
Lei de Licitações	9	2
Corrupção passiva	8	2
Peculato	6	5
Lei de Licitações	4	2
Outros	27	24
Total	266	36

Na Justiça Eleitoral

TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE CASOS	CANDIDATOS PROCESSADOS
Contas de campanha	25	23
Contas do partido	6	5
Abuso de poder econômico	4	4
Abuso de poder político	2	2
Abuso de poder político e econômico	2	2
Captação ilícita de sufrágio	2	2
Captação ilícita de votos	1	1
Conduta vedada a agente público	1	1
Outros	2	2
Total	45	33

Em Tribunais de Contas

TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE CASOS	CANDIDATOS PROCESSADOS
Anuais	7	5
Irregularidades em atos de gestão	7	2
Contratos	5	4
Licitações	3	2
Outros	14	12
Total	33	18

63

CANDIDATOS FORAM
PROCESSADOS NO TOTAL

Recordista, de MT, concentra 36% das ações

O recordista de processos nas eleições para governador é José Geraldo Riva (PSD), de Mato Grosso. Ele é alvo de 117 procedimentos, o equivalente a quase 36% das ações que correm contra candidatos em todo o País, considerando-se os tribunais de Justiça, os de Contas e os Eleitorais.

Por causa de condenações já sofridas, o Tribunal Regional Eleitoral não considerou Riva apto a concorrer, mas ele recorreu e, até a decisão final, poderá fazer campanha. “Tenho certeza de que vamos derrubar (a decisão) no julgamento técnico do Tribunal Superior Eleitoral”, disse ele ao **Estado**. “Nem faço questão de me eleger. O mais importante é mostrar que sou inocente.”

Riva argumenta que não está enquadrado na Lei da Ficha Limpa porque em suas condenações não está configurado que houve, cumulativamente, dolo, enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário. “Quem conhece minha história sabe que não tem nada a ver”, disse.

O candidato foi processado, entre outras irregularidades, por um escândalo de desvio de recursos ocorrido quando ocupava a presidência da Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Ele foi acusado de desviar R\$ 2,9 milhões por meio de falsos empréstimos bancários.

Parte desse valor era movimentado em empresas de João Arcanjo Ribeiro, conhecido como Comendador Arcanjo, acusado de comandar uma organização criminosa com ramificações no Executivo e no Legislativo do Estado.

Riva e outro parlamentar, na época, foram acusados de movimentar, entre 1998 e 2001, R\$ 65 milhões das contas da Assembleia, que foram parar em empresas de Arcanjo.

Segundo sustentou o Ministério Público, os dois então deputados faziam falsos empréstimos no Banco ABN Amro Real em nome de funcionários da Assembleia. A ação diz que o dinheiro ficava com os dois, que usavam cheques da Casa para pagar as dívidas com o banco. Além disso, segundo os promotores, as empresas de Arcanjo eram usadas para transformar em dinheiro vivo os cheques emitidos irregularmente pela Assembleia.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 AGO 2014

OS CONDENADOS



Waldez Góis
PDT-AP

Condenado por improbidade administrativa. Reteve recursos de servidores que deveriam ter sido repassados a bancos para pagar empréstimos consignados



José Roberto Arruda
PR-DF

Duas condenações por improbidade administrativa. Contratou, sem licitação, empresa para realizar amistoso de futebol. A segunda pelo caso que ficou conhecido como "Mensalão do DEM"



Vandertan Cardoso
PSB-GO

Condenado por improbidade administrativa. Pagou R\$ 500 mil para um clube de futebol. A Justiça concluiu que não houve contrapartidas para a população

Obs.: O candidato Airton da CGTB (PPL-SE) foi condenado em 2011 por dirigir alcoolizado



Nelsinho Trad
PMDB-MS

Condenado por improbidade administrativa. Realizou publicidade oficial vinculada à própria imagem e ao próprio nome, o que é proibido por lei



José Geraldo Riva
PSD-MT

Foi condenado em ações de improbidade administrativa por desvio de R\$ 3,7 milhões da Assembleia Legislativa de Mato Grosso



Confúcio Moura
PMDB-RO

Condenado a três meses de prisão em regime aberto por descumprir, enquanto governador de Rondônia, determinação judicial de pagamento de precatório. Não chegou a cumprir pena



Tarso Genro
PT-RS

Condenado por improbidade administrativa por contratar profissionais de saúde temporariamente, sem concurso público, quando era prefeito de Porto Alegre



Paulo Bauer
PSDB-SC

Condenado por improbidade administrativa. Houve promoção pessoal em campanha publicitária da Secretaria Estadual da Educação



Raimundo Colombo
DEM-SC

Condenado solidariamente por uso de verbas das Centrais Elétricas de Santa Catarina repassadas à Prefeitura de Lages para promover evento

25 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Rebelião em presídio de Cascavel tem 2 presos decapitados

Outros dois detentos morreram ao serem lançados do telhado; motim começou por volta das 6 horas

Miguel Portela
ESPECIAL PARA O ESTADO
CASCAVEL

Pelo menos dois presos foram decapitados e cinco espancados e jogados do telhado, de uma altura de 15 metros, durante rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel, no oeste do Paraná - dois desses também morreram. A rebelião começou por volta das 6 horas de ontem, quando os agentes penitenciários se preparavam para servir o café da manhã. Até as 19 horas, o motim prosseguia, sem sinal de acordo entre a Polícia Militar e os líderes do movimento.

A rebelião teria sido motivada por maus-tratos, má qualidade da alimentação servida no presídio e falta de assistência jurídica aos condenados, uma vez que muitos deles já teriam direito à revisão de pena.

PCC. Até o início da noite de ontem, mais dois agentes penitenciários, feitos reféns, prosseguiram em poder dos bandidos, que se concentravam no telhado da prisão e, em sua maioria, cobriam os rostos e exibiam uma bandeira do Primeiro Comando da Capital (PCC), a facção criminosa infiltrada em presídios de vários Estados, sobretudo em São Paulo.

Por volta das 17 horas, familiares dos detentos bloquearam a BR-277, principal rodovia do oeste paranaense, que dá acesso à penitenciária. A prisão de Cascavel, que enfrenta sua primeira grande rebelião desde a inauguração, em 2007, tem capacidade para 1.116 condenados

e abriga 1.040, segundo o Departamento Penitenciário (Depen). Dos 1.040 presos, pelo menos 600 teriam aderido ao movimento.

Socorro. Somente três horas depois que os detentos foram jogados do telhado foi possível ao Corpo de Bombeiros ter acesso com segurança até o local onde estavam os feridos. Um deles foi levado em estado grave para o Hospital Universitário. O Depen informou que um dos mortos é um ex-policia civil que estava preso por comandar um esquema de furto e desvio de peças de veículos apreendidos que ficavam no pátio da 15.^a Subdivisão Policial de Cascavel.

A penitenciária fica próxima do perímetro urbano da cidade paranaense. Os detentos destruíram parte da estrutura e atearam fogo em colchões que haviam sido levados até o teto. Relatos de policiais e de agentes que acompanham a rebelião informam que todos os pavilhões da unidade prisional foram destruídos.

Destruição. O presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção de Cascavel, Amarildo Horvath, relatou aos jornalistas que praticamente todas as 24 galerias do complexo prisional foram danificadas.

As negociações, que prosseguiram até o início da noite, com os líderes da rebelião, estavam sendo feitas pelo diretor do Depen, Cezinando Paredes, e aguardava-se também a presença da secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, para acompanhar as negociações com os presos.

De acordo com a PM, 75 detentos foram transferidos para a Penitenciária Industrial de Cascavel. Eles ficaram isolados em uma ala da penitenciária e estavam sendo ameaçados pelos rebelados. O grupo deve ser transferido hoje para as Penitenciárias de Francisco Beltrão e de Maringá. A PM informou que a lista de mortos e feridos será divulgada apenas no fim da rebelião.

25 AGO 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Mutirão leva serviços a moradores da CIC

A Escola Municipal Pró-Morar Barigui, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) recebeu o Projeto Justiça no bairro. O evento fez parte do V Mutirão Voluntário promovido pelo Instituto Robert Bosch, numa parceria da Prefeitura de Curitiba com o Poder Judiciário, Ministério Público, empresas públicas e privadas, instituições de classe e comunidade.

Durante o sábado, os moradores da regional CIC puderam solicitar gratuitamente a emissão de documentos, consultoria jurídica nas áreas civil, criminal, trabalhista e defesa do consumidor, realizar o cadastro para o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), obter informações sobre programas habitacionais e inscrições para a fila da casa com a Cohab. ●

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUIZA NEGA DECISÃO CONTRA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

25 AGO 2014

A juíza Lydia Aparecida Martins Sornas recusou pedido da assessoria do candidato do PMDB ao governo do Estado, senador Roberto Requião, contra decisão anterior que determinou a reintegração de posse da sede do partido em Curitiba, obtida pela Executiva Estadual da legenda, comandada pelo deputado federal Osmar Serraglio. Com isso, o grupo de Serraglio entende que a Justiça teria o reconhecido como legítimo dirigente da sigla, anulando a destituição da antiga Executiva e a nomeação da nova direção, sob a presidência do ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures. A ala de Requião contesta, afirmando que a decisão envolve apenas a posse da sede do Diretório Estadual do PMDB, e que prevalece a decisão da Direção Nacional do partido que reconheceu o registro da nova Executiva.

A decisão é mais um capítulo na guerra interna que vive o PMDB desde que o grupo de Serraglio – que defendia o apoio do partido à reeleição do governador Beto Richa (PSDB) – foi derrotada na convenção de 20 de junho, que optou pela candidatura própria de Requião. (BemParaná)

BEMPARANÁ

Símbolo

A Justiça determinou que o senador e candidato à reeleição Alvaro Dias (PSDB) recolha toda sua propaganda eleitoral espalhada pelo Paraná que tenha o símbolo da “casinha”, sob pena de multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. A “casinha” foi usada como marca oficial do governo do Estado, quando Alvaro foi governador entre 1986 e 1989. Na decisão, que atende a pedido da coligação Paraná Olhando pra Frente da candidata do PT ao governo, Gleisi Hoffmann, que tem o ex-deputado federal Ricardo Gomyde (PCdoB) como candidato ao Senado. O desembargador Guido José Döbeli determinou que o senador tucano deixe de usar o símbolo “em qualquer propaganda eleitoral, seja na internet, nos materiais impressos, cavaletes, placas e no programa eleitoral gratuito”.

23 AGO 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

6 mil votarão em trânsito

Quase 6,3 mil eleitores paranaenses solicitaram à Justiça Eleitoral habilitação para votar em trânsito no dia 5 de outubro, no primeiro turno das eleições. Em todo o país foram mais de 84 mil eleitores, de acordo com balanço divulgado ontem Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso haja segundo turno na eleição presidencial, 79,5 mil eleitores deverão votar fora do domicílio de origem no dia 26 de outubro.

No Paraná, os eleitores em trânsito estão aptos a votar em Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Maringá e Curitiba. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram os estados que mais registraram solicitações para votação fora do domicílio eleitoral de origem. Em São Paulo, foram registrados 24 mil pedidos para votação nos dois turnos. Rio de Janeiro, teve 7 mil, e Minas Gerais, com 6 mil.

O voto em trânsito permite que o eleitor vá às urnas em municípios com mais de 200 mil eleitores, mas só para escolher o presidente da República. De acordo com o TSE, 86 cidades terão voto em trânsito nas eleições de outubro. A lista das cidades pode ser verificada na página do tribunal na internet.

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

23 AGO 2014

"POR DEUS DO CÉU", PENSEI VOTAR EM BETO RICHÁ...

O árabe, sempre que deseja vender alguma coisa usa da expressão simpática: "por deus do céu brimo, leva, leva, isto é bom"...

É o meu caso, recordei-me de José Richa e do tempo em que juntos pintávamos fachas ali numa das casas antigas da Rua Riachuelo em favor de Ney Braga. Depois, e o tempo sempre engole o presente para se consolidar no futuro tomamos rumos diferentes.

José Richa retornou à Londrina, constituiu família, elegeu-se Prefeito daquela Cidade, quebrou o nariz em um acidente pela candidatura de Ney Braga e acabou se elegendo Governador do Paraná. No âmbito nacional foi amigo pessoal de Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Franco Montoro, e liderou com esses a campanha pelas "diretas já".

Na direção da coisa pública foi um idealista e um homem bom. Sabia valorizar as pessoas e as projetava. Em razão disso criou um sucessor, Carlos Alberto Richa. Jovem e idealista ganhou, por causa de seu saudoso pai, a confiança do eleitorado da sua terra e, em especial, de Curitiba. O seu passado e pelos altos cargos que exerceu, tornaram credor de admiração e de respeito. Vejamos:

Beto Richa descende de imigrantes libaneses, sua estréia na política foi em 1994, quando foi eleito deputado estadual com 22 mil votos. Quatro anos mais tarde, foi reeleito com 44.839 votos e recebeu o dobro de votos da primeira eleição que disputou.

Beto Richa foi escolhido em 2000 para ser o candidato a vice-prefeito de Cassio Taniguchi. Eleito, assumiu no primeiro ano de mandato a Secretaria Municipal de Obras Públicas

Em 2002, candidatou-se ao Governo do Estado do Paraná pelo PSDB e obteve 888.796 votos, alcançando a terceira posição daquele pleito. No ano seguinte, reassumiu a vice-prefeitura de Curitiba

Em 2004, aos 39 anos, Richa derrotou o candidato do Partido dos Trabalhadores, Ângelo Vanhoni, na eleição municipal de Curitiba, elegendose prefeito com 494.440 mil votos, 54,78% do total

Em 2008, com a elevada aprovação dos curitibanos e com o apoio de ide-

ranças importantes do Paraná, Beto Richa foi reeleito prefeito de Curitiba ainda no primeiro turno com 778.514 votos, que equivalem a 77,27% dos votos válidos, derrotando a candidata do Partido dos Trabalhadores Gleisi Hoffmann, que ficou com a segunda colocação com 18,17 % dos votos.

Em 30 de março de 2010, renunciou ao mandato na Prefeitura de Curitiba para concorrer ao Governo do estado do Paraná e em 3 de outubro de 2010 foi eleito governador do estado no primeiro turno, com 3.039.774 votos.

Em razão dessas qualidades, e apesar da simpatia evidente posso dizer como os "brimos": "por deus do céu, pensei, até, em colaborar com a sua possível reeleição e objetivei ceder-lhe, um dos meus imóveis, no centro da cidade para formação de seu comitê eleitoral.

Mas só pensei!

Refleti, diante de algumas coisas passíveis de objeções. Por exemplo: tentativa de empréstimo descabido de valores depositados por autores e réus junto ao Poder Judiciário; abandono da luta do seu antecessor pela baixa do pedágio, (aliás, trabalho que nem mesmo o seu idealizador valorizou, sob o pretexto de que a Justiça mantinha os contratos firmados por Jaime Lerner); manutenção das absurdas compras de créditos de servidores públicos (precatórios), para facilitar grandes empresas que os compensavam com dívidas fiscais na hora de pagar impostos. Funcionavam como o grande condor da ganância; ausência de segurança pública, (veja-se a "guerra" surda entre as polícias civil e militar); além de outras situações que poderiam ter sido resolvidas.

Estas considerações não representam porta aberta para os outros. De Gleisi Helena Hoffmann, sei apenas, entre outras coisas, que foi da Itaipu e da Casa Civil da Presidência da República, possuindo como referência um péssimo "staff" eleitoral. E de Roberto Requião posso acrescentar que tem passado político que o levou de Vereador a Senador com passagens pelo Governo tendo sido até casado pelo Poder Judiciário do Paraná e retornado posteriormente por força da curul de magistrados de tribunal superior.